

PESSOAS e LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa Leader +

Directora: Cristina Cavaco

www.leader.pt

II Série | Nº 49 - 2008



Gonçalo Rosa da Silva / Visão

Em Destaque

Igualdade de Oportunidades



Rude

Cova da Beira

P 12 Fim-de-semana na Cova da Beira

P 4 e 5 Entrevista a Elza Pais

P 17 Loja Portugal Rural, "Ribatejo na sua Riqueza Interior"

P 18 III Congresso de Estudos Rurais

Igualdade de Oportunidades ou Oportunidade de ser igual

Portugal apresenta hoje, ou ainda hoje, importantes desigualdades no seu desenvolvimento socioeconómico. Há um litoral rico e povoado e um meio rural mais pobre e com menos gente. Pese embora a boa imagem de qualidade de vida do meio rural, menos stress, ar mais puro, maior afecto das pessoas, melhores produtos, habitação mais barata, melhor em quase tudo, o que é certo é que a convergência territorial ainda é uma miragem.

A dimensão dos mercados dita cada vez mais a rentabilidade dos investimentos. Os serviços instalam-se onde há mercado, os tribunais onde há pessoas, as escolas onde há alunos, os hospitais onde há utentes etc. Não é pois fácil esta relação entre convergência territorial ao nível do desenvolvimento e a eficiência e rentabilidade dos investimentos. Se esta realidade é difícil de gerir quando se trata de dinheiros públicos,

imagine-se quando o investimento é privado em que, legitimamente, o objectivo é o lucro. Estamos pois perante uma difícil fórmula de dar ao país a Oportunidade de ser Igual. E ainda mais a Globalização, este..., o que se lhe quiser chamar, mas real, que veio introduzir mais uma variável de peso na fórmula do desenvolvimento equitativo. Variável aliás que favorece os melhores, os mais ricos e os maiores, e que portanto tem tendência para vincar as assimetrias já registadas.

Significa isto que muitas das nossas ideias sobre o território e o desenvolvimento devem ser ponderadas e ajustadas. Uma pequena vitória será certamente melhor que uma grande derrota. Insistir em modelos de desenvolvimento e de instrumentos financeiros como o fizemos no passado já não é admissível. Os brasileiros costumam dizer "para quê fazer os mesmos erros quando há tantos novos para cometer".

Ser-se inteligente implica ser aberto, e menos conservador, ousado. Este conceito de inteligência, mais emocional, que prefiro de longe à outra inteligência dos números, das leis, do microscópio, fechada no seu mundo, implica a prática de analisar, ver, pôr em causa, experimentar, mas sem dogmas. É a liberdade do raciocínio.

É por isso que me espanta que o modelo LEADER não seja de forma mais ousada aplicado na gestão das nossas "casas". É democrático, participativo, envolve todos, se calhar muitos... O que é afinal a igualdade de oportunidades? Não é isto? E já agora, o programa LEADER+ em Portugal, caso único na Europa, gerou mais emprego feminino do que masculino. E não é um programa vocacionado especificamente para a igualdade de oportunidades. Pois... como diria Fernando Pessa, "e esta, hein!?"



Rui Verissimo Batista
Chefe de Projecto PIC LEADER+



Pedido de envio do Jornal Pessoas e Lugares

Nome:	
Organização:	
Função:	
Morada:	
Código postal:	
Telefone:	Fax:
E-mail:	
Comentários:	

Recorte ou fotocopie, e envie para: DGADR, Rede Portuguesa LEADER+, Tapada da Ajuda - Edifício I - 1349-018 Lisboa

O **Pessoas e Lugares** - Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+ tem por objectivos divulgar e promover o LEADER+, assim como reforçar uma imagem positiva do mundo rural.

O **Pessoas e Lugares** tem uma periodicidade mensal e a sua distribuição é gratuita.

Se pretender receber o jornal **Pessoas e Lugares** preencha, por favor, o formulário anexo (recorte ou fotocopie) e envie para:

DGADR - Direcção-Geral de
Agricultura e Desenvolvimento Rural
Rede Portuguesa LEADER+
Tapada da Ajuda - Edifício I
1349-018 Lisboa

Telf.: 21 361 32 57
Fax: 21 361 32 77

Ou aceda ao site da Rede Portuguesa LEADER+ www.leader.pt e preencha, por favor, *on line* o formulário disponível no link **Pessoas e Lugares**.

No caso de desejar receber mais do que um exemplar de determinado número do jornal **Pessoas e Lugares**, para distribuir num evento, por exemplo, pedimos o favor de fazer chegar essa informação à DGADR com a devida antecedência. Obrigado.

O *mainstreaming* de género

Em 2007, o Parlamento Europeu e o Conselho instituíram, através da Decisão 771, o “Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos”, iniciativa que pretendeu promover e divulgar o princípio da não-discriminação considerado fundamental e transversal ao nível das políticas da União Europeia.

Salientando a relevância do combate à discriminação bem como a valorização da diversidade na sociedade contemporânea (nomeadamente em função da etnia, do género, da idade, da deficiência, da orientação sexual e da religião ou crença), este documento refere como eixo estrutural da intervenção nestas áreas, a problemática da igualdade de género reconhecida como essencial à adequação e eficácia das acções e estratégias a desenvolver para o efeito.

O facto de hoje se registar uma quantidade significativa de legislação capaz de garantir igualdade de tratamento e protecção contra as desigualdades no que se refere ao género, não pode contudo fazer-nos ignorar que as pessoas continuam a ser confrontadas com práticas e atitudes discriminatórias. Por esta razão, mantém-se actual o objectivo último da persistência na promoção do princípio da igualdade de género na medida em que esta é uma contribuição indispensável para a construção de respostas viáveis para a consolidação de um tecido social mais coeso, garantido por uma cada vez mais sustentada rede de acesso à igualdade de oportunidades.

A questão é particularmente pertinente quando se celebra e valoriza a diversidade, o reconhecimento da diferença e a sua não hierarquização pela sociedade porque, apesar da redução das desigualdades entre mulheres e homens, ocorrida nas últimas décadas – no plano jurídico, no acesso ao trabalho remunerado, no acesso à educação e até no progressivo acesso ao domínio público – constatamos que os progressos alcançados têm sido lentos e que a actual igualdade formal não corresponde a uma igualdade de facto.

A implementação de uma lógica de *mainstreaming* de género, que obriga à transversalidade da consideração da forma como diferenciadamente as várias discriminações afectam homens e mulheres, conduz-nos rapidamente à constatação de que é urgente a insistência no plano educativo e nas práticas sociais no sentido de ser promovida uma representação cultural dos papéis sociais atribuídos a ambos os sexos. Eliminar os estereótipos subjacentes aos desempenhos requeridos pela vida em sociedade e a discriminação é, cada vez mais, determinante porque os estereótipos de género marcam as representações sociais sobre as mulheres e os homens, continuando a condicionar a construção das desigualdades e a afectar todas as esferas da vida social, política económica e cultural, com reflexos evidentes, desde logo, em termos da expressão dos nossos valores, linguagem, expectativas, comportamentos e opções. O conceito de *mainstreaming* de género, enquanto proposta de reorganização, melhoria, desenvolvimento e avaliação dos processos de implementação de políticas que prevejam a igualdade de género como sua condição, apresenta-nos uma resposta viável para o problema.

O *mainstreaming* de género é uma estratégia indutora de mudança, sendo uma abordagem compreensiva que beneficia mulheres e homens, e possibilita uma promoção activa da igualdade de género e uma mobilização constante de vários actores/actrizes, na definição e implementação das políticas para a igualdade.

Essencial à vida contemporânea, esta abordagem visa o empoderamento das mulheres e, de uma outra forma, dos homens, na plena conjugação de uma nova concepção da democracia e da cidadania, da afirmação dos direitos humanos de todas e de todos e do estabelecimento de um (novo) contrato social entre as mulheres e os homens, o privado e o público – requisitos indispensáveis para a segurança política, social, económica, cultural e ambiental de todos os povos”.

Elza Pais

Presidente da CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género



Maria do Rosário Araújo

Entrevista a Elza Pais

“Ninguém perde, todos ficam a ganhar”

Elza Pais, coordenadora da Estrutura de Missão para o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Tod@s, preside, em simultâneo, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e a Estrutura de Missão Contra a Violência Doméstica. Entre 1999 e 2002, esteve à frente do Instituto Português da Droga e da Toxicoddependência. Investigadora na Universidade Nova e Professora na Católica, é licenciada em Serviço Social e mestre na área de Violência Doméstica.

Segundo o Artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”. Apesar deste princípio de igualdade estar consagrado a nível universal, europeu e nacional, ainda é objecto de desconhecimento e violação?

O facto do ano de 2007 ser definido pelo Parlamento [Europeu] e pelo Conselho da União Europeia como Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades para Todos é o reconhecimento de que há um percurso iniciado e ainda não terminado. O Ano Europeu foi um desafio colocado a todos os Estados-membros, no sentido de desenvolvermos iniciativas para diminuir, o mais possível, as discriminações que ainda persistem. Estes princípios não estão só consignados na Declaração dos Direitos Humanos, que vai fazer 60 anos, mas também no 13º artigo do Tratado de Amsterdão e no 13º artigo da Constituição [da República Portuguesa], onde, há dois anos, foi integrada uma área omissa. É das poucas constituições europeias que integra a não discriminação relativamente à orientação sexual num artigo constitucional. Do ponto de vista legislativo, há avanços significativos que não foram acompanhados por práticas não discriminatórias. Daí os Estados-membros terem definido este ano para desafiar cidadãos e cidadãs a acompanharem, nas suas práticas, o que já está consignado nos nossos direitos, na linha da não discriminação.



Não direi que estamos no ponto zero de há 50 ou 60 anos, nem do tempo da Constituição da República Portuguesa. Sob o ponto de vista legislativo, estas questões têm vindo a ser progressivamente trabalhadas no sentido de se construir quadros legislativos não discriminatórios... Se as leis se cumprissem, tínhamos uma sociedade muito menos discriminatória. As leis mudaram mas as mentalidades ainda não...

A mudança de mentalidades é mais lenta do que as alterações legislativas?

É e não é. A lei está num ponto de charneira. No que diz respeito às discriminações, costuma ser muito menos discriminatória do que as mentalidades e atitudes com que trabalhamos ao longo de todo este ano. Em Portugal apercebemo-nos de quais são as resistências, do ponto de vista da mudança de atitude e de mentalidade, que encontramos em sectores significativos da população portuguesa em todas as regiões do país.

Qual foi o pressuposto de actuação com que partiram para este Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades para Todos?

O nosso desafio era tentar abanar consciências, despertar curiosidades e pôr as pessoas a falar sobre temas relativamente aos quais ainda tinham muito pudor. E o pudor, às vezes, vê-se na dificuldade de enunciar a temática. Vimos isso claramente no que diz respeito à orientação sexual. Cumprimos o desafio, mas acho que não se muda mentalidades de um dia para o outro. Conseguimos agitar consciências. Há um percurso feito que agora deve ser continuado. Vamos ver se o Ano do Diálogo Intercultural também aproveita todas estas sinergias para continuar o caminho que nós iniciámos.

Conseguiram agitar as consciências a que nível da sociedade? Local? Nacional?

A todos. Fizemos cerca de 300 actividades entre ciclos de cinema, tertúlias locais, conferências, exposições, assembleias municipais, envolvendo o poder político, escolas, organizações não governamentais (ONG), empresas locais, governos civis, todos os níveis de representação política... Tivemos o primeiro-ministro connosco a abrir e a encerrar o ano, o ministro da Presidência, o ministro da Solidariedade Social, em várias actividades, os secretários de Estado, os presidentes das assembleias municipais, autarcas de cerca de 40 autarquias do país, que promoveram assembleias extraordinárias para discutir as temáticas do Ano Europeu.

Qual o índice de satisfação face aos objectivos iniciais deste processo de sensibilização?

Alcançámos os objectivos. Primeiro, de promover os direitos. Embora existam, não são conhecidos, nem aplicados. Nós partimos para este Ano Europeu com a indicação de que um terço, não só dos portugueses, mas também dos europeus, desconhecem os seus direitos. E as mulheres mais do que os homens. Há que despertar consciências para que as pessoas conheçam os seus direitos no sentido de poderem reivindicar a sua aplicação. Outro objectivo era a representatividade. Devemos fomentar o debate, de forma a aumentar a participação de grupos sub-representados. Nas discussões e nos colóquios integrámos sempre pessoas das seis áreas de discriminação, de forma a que as pessoas que vivem os problemas nos falassem deles e não se fizessem representar por terceiros. Depois, há a questão do conhecimento, da tolerância e do respeito, que devemos desenvolver para com o outro quando é diferente de nós. Também foi um ano em que passámos a mensagem da valorização da diversidade. Divulgámos, por exemplo, estudos que apontam as empresas que valorizam a diversidade como empresas com lucros e níveis de satisfação

acrescidos. Transmitimos a mensagem de que desperdiçar potencial humano não serve ninguém e que integrar a diversidade serve toda a gente. Ninguém perde, todos ficam a ganhar. Por exemplo, para derrubar estereótipos, ao nível do género, vale a pena perceber porque é que havendo tantas mulheres a trabalhar poucas chegam a cargos de chefia; porque é que as mulheres ganham menos que os homens no desempenho de funções semelhantes; porque é que pessoas com deficiência continuam, ainda hoje, no nosso país, a ter barreiras arquitectónicas, pese embora haver leis que já obrigam pelo menos os serviços públicos a cumprir determinados requisitos na construção dos seus edifícios?

Atingiram os resultados pretendidos? Ou o processo ainda está em curso?

Se não tivéssemos resultados com estas acções, não tínhamos com nenhuma. Mudar mentalidades não acontece de um dia para o outro. Leva muito tempo. São sementes que ficam. Várias sementes foram ficando nos organismos públicos e nas autarquias, que pela primeira vez se envolveram na discussão destas temáticas.

Onde é que encontraram uma maior resistência à mudança?

A resistência à mudança é transversal e diversa. Não nos assustou ir falar com as pessoas e desafiá-las a introduzir no diálogo estas questões da promoção da diversidade e da luta contra a discriminação. Apesar das resistências serem muito grandes, não tivemos ninguém que se recusasse a participar neste diálogo. Quer dizer que também há abertura, uma janela de oportunidade à própria mudança. O que é muito positivo.

O Artigo 13º da Constituição da República Portuguesa diz que “Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.” Apesar do espírito abrangente da lei, o combate às discriminações com fundamento socioeconómico não tem andado um pouco esquecido?

Em Portugal não. Como tínhamos uma tutela dupla, a Presidência do Conselho de Ministros e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a questão da inclusão social foi vista por nós. Não por obrigatoriedade, porque a definição dos objectivos [do Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades para Todos] e o próprio artigo 13º do Tratado de Amsterdão só referem estas seis áreas de discriminação, mas por sensibilidade, tendo em consideração que a pobreza e a inclusão social em Portugal são áreas que nos preocuparam muito, assim como à presidência portuguesa. Aliás, no segundo semestre, as iniciativas do Ano Europeu cruzaram-se com as da presidência portuguesa. Ao longo do Ano Europeu tivemos a preocupação de transversalizar duas destas discriminações. Uma delas foi o género. Ver o *mainstreaming* de género em todas as áreas de discriminação, como aliás é apontado no artigo 4º da Decisão que instituiu o Ano, que diz que todos os Estados-membros deviam preocupar-se com a forma como homens e mulheres vivem cada uma das discriminações. A outra, que não vinha na Decisão, mas fizemo-la por orientações do Governo português, foi tentar perceber como é que em cada área de discriminação se está a promover a inclusão social das pessoas.

Mas a pobreza contribui para essas situações de discriminação?

As duas transversalizações mostram-nos que, quando há situações de discriminação, as mulheres são sempre mais atingidas do que os homens. Ao nível da pobreza, as mulheres são muito mais expostas ao fenómeno da pobreza do que os homens em duas categorias: as famílias monoparentais e as mulheres idosas. Além das mulheres, também os pobres quando vivem uma situação destas vivem-na sempre pior do que os menos pobres. Uma pessoa com dificuldades económicas que esteja a viver uma situação de discriminação em função da deficiência, do género ou de outra discriminação qualquer, pelo facto de estar no fundo da escala social tem mais dificuldades de acesso aos mecanismos de integração.

Refere que os progressos alcançados têm sido lentos e que se assiste a uma diferença entre igualdade formal e igualdade de facto. Como se pode ultrapassar esta situação?

Com políticas nacionais que permitam continuar a combater as discriminações. Cada uma das instituições envolvidas no Ano Europeu tem os seus próprios planos, e nós temos três planos na Comissão para promover a igualdade de género: o Plano Nacional para a Igualdade, o Plano Contra a Violência Doméstica e o Plano Contra o Tráfico de Seres Humanos. Penso que é pelo desenvolvimento destes planos que podemos, ao nível nacional, em conjunto com a sociedade civil desenvolver iniciativas que nos permitam combater esse

desequilíbrio entre os direitos já consignados nos termos da lei e a ausência de direitos na realidade das nossas vidas. Refira-se que existe um avanço significativo ao nível da orientação política deste Governo que definiu no Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), pela primeira vez, um eixo para a promoção da igualdade de género. Espero que consigamos aproveitar esta oportunidade que será a última em termos de fundos estruturais para promover avanços significativos nestas discrepâncias que foram muito bem identificadas e sublinhadas ao longo de todo este ano.

Havendo diferentes tipos de discriminação, com diversos graus de gravidade, os meios para as combater também não deveriam ser diferentes?

Têm que ser. A intervenção tem de ser diversificada. Para uns com a mudança de leis, que continuamos a precisar de apurar, para outros com mudança de atitudes, para outros com definição de planos e estratégias políticas que nos permitam combater a discriminação face ao fenómeno. Há aqui um combate que deve ser feito a vários níveis: legislativo, político e de mentalidades. Em função de umas ou outras, assim a tónica será colocada mais a um nível ou a outro. Uma intervenção articulada dos três níveis é sempre a forma mais eficaz de resolver estes problemas.

Relativamente aos territórios rurais, sentiram diferenças de atitude discriminatória entre as populações rurais e urbanas?

Não me pareceu haver grandes diferenças entre as atitudes rurais face a estes fenómenos e as urbanas. Achei mesmo que havia muitas semelhanças e que havia sobretudo margem e abertura para mudar. Senti essa mudança de uma forma muito marcada nas comunidades rurais, com uma apetência muito grande para a compreensão, a participação e a mudança, até talvez mais do que as pessoas dos grandes centros urbanos. Nos centros urbanos as pessoas já estão um bocadinho cansadas dos anos europeus, diálogos e debates. Um dos objectivos que traçámos para o nosso plano de acção foi chegar a todos os cantos do país. Não queríamos ter um plano de acção, localizado só nos grandes centros. Quisemos chegar às populações das zonas mais recônditas. Registámos uma adesão muito grande e uma vontade de mudar, perceber e participar também na discussão.

Que recomendações gostaria de fazer às associações de desenvolvimento local?

A grande recomendação é construir pontes e diálogo. [As associações de desenvolvimento local] têm um papel central para localmente exigirem a aplicação da política nacional. Estamos num momento de mudança, onde o próprio QREN nos obriga, pelas suas definições, a desenvolver actividades, estabelecendo parcerias locais com as associações de desenvolvimento. Devemos aproveitar os próximos seis anos para fazer chegar este potencial de recursos. Aliás, muitos programas são destinados à formação, ou seja à mudança de mentalidades e ao desenvolvimento de trabalho cada vez mais qualificado.

Dá-se uma oportunidade para que as próprias associações de desenvolvimento se esclareçam junto dos organismos públicos que estão a promover estas políticas, reivindicarem para o local a aplicação dessas políticas e depois, junto da comunidade, construam e desenvolvam sinergias para o desenvolvimento desses territórios. O desenvolvimento dos territórios locais, com este instrumento e esta medida de política que está colocada ao nosso dispor, deverá ser, uma aposta dos próximos anos, e as associações de desenvolvimento local têm um papel central.

A promoção e integração da diversidade é fonte de desenvolvimento?

Sim, de desenvolvimento sustentável. As sociedades que não integram a diversidade ou a igualdade de género nas suas políticas são sociedades menos desenvolvidas. Está provado. O Norte é muito mais desenvolvido que o Sul porque estas políticas estão a garantir sustentabilidade. Integram a diversidade na promoção das suas políticas. Qualquer dia o género vai ser “mainstreamizado”, e integrará a construção de todas as políticas, tal como já acontece com o ambiente. Hoje, as crianças na escola têm preocupações de ambiente e qualquer dia já faz parte do nosso código social adquirido. Quando chegarmos a sociedades deste género onde já não precisamos de promover a igualdade porque é uma conquista, estaremos em condições de não desperdiçar potencial humano. Porque ao marginalizarmos o outro estamos a desperdiçar grande parte daquilo que o outro tem para dar. Integrar esta visão nas nossas políticas e quotidianos é aquilo que se deseja. No fundo, são só desafios.

Entrevista de João Limão e Maria do Rosário Aranha

Rotas Sem Barreiras para um turismo acessível

Quatro Associações de Desenvolvimento Local: Terras Dentro e Esdime do Alentejo, Cedeco e Aderco da Extremadura espanhola, uniram-se para implementar um projecto transnacional no âmbito do Programa LEADER+: Rotas Sem Barreiras.

A ideia deste projecto surgiu porque se partiu do princípio que o turismo é um bem social, que deveria estar ao alcance de todos os cidadãos sem excepção, entre os quais pessoas com percepção e mobilidade reduzidas, e porque existe a consciência do potencial turístico das regiões do Alentejo e Extremadura espanhola.

Para pessoas com uma mobilidade reduzida, são muitos os impedimentos com que se deparam no momento de planificar e depois de realizar uma viagem, não só as barreiras físicas que se manifestam fundamentalmente no meio circundante (barreiras arquitectónicas, urbanísticas, transportes, etc.), como também barreiras sociais e de comunicação que podem causar graves perturbações ao nível do desenvolvimento psicológico e social dos indivíduos. Torna-se necessário eliminar estas barreiras, intervindo ao nível das estruturas físicas, formando os agentes turísticos, melhorando os canais de comunicação de forma a garantir a acessibilidade e pleno usufruto dos recursos turísticos disponíveis.

A grande missão do projecto Rotas Sem Barreiras é a criação de uma rota turística transnacional acessível, que permitirá a qualquer turista descobrir quatro territórios, Alentejo Central, Baixo Alentejo, as Comarcas de Olivença e Tentudía, através de visitas ao património histórico, religioso, natural, museus, a participação em actividades de natureza, a pernoita em alojamentos rurais e o contacto com a gastronomia local.

À partida, o grau zero da acessibilidade

Numa fase inicial, criar uma rota turística acessível pelos quatro territórios, revelou-se uma tarefa árdua. As dificuldades foram sentidas logo após serem conhecidos os resultados da primeira fase do projecto, que consistiu no levantamento das condições de acessibilidade de todos os locais com potencial turístico para integrarem a rota. A partir deste estudo de diagnóstico foram identificados os locais acessíveis (quase nenhuns) e emitidos relatórios de recomendações, com base na legislação em vigor, dos locais que não ofereciam acessibilidade a pessoas com necessidades especiais. Foi o início de uma forte campanha de sensibilização e combate às barreiras arquitectónicas, sociais e de comunicação junto da maior parte dos agentes com responsabilidades no sector turístico das regiões. O contacto individual com cada entidade e empresário, a espera das respectivas decisões e a concretização das adaptações, transformou-se num processo lento e moroso, mas que, sem dúvida, contribuíram para o carácter piloto e inovador do projecto Rotas Sem Barreiras.

Em termos de barreiras físicas, grande parte foram ultrapassadas pela vontade dos municípios e empresários em abraçarem o projecto e terem procedido a obras de adaptação e aquisição de equipamento dos locais que lhe competiam: foram construídas e/ou adquiridas rampas de acesso a igrejas, rampas amovíveis para museus, marcados e sinalizados lugares de estacionamento para pessoas com necessidades especiais, adaptadas instalações sanitárias em alojamentos, restaurantes, entre tantas outras.

No combate às dificuldades de comunicação, foi posta em marcha outra acção do projecto: a formação.

Ações de Formação para 90 agentes

Pela primeira vez em Portugal, foram programadas e implementadas um conjunto de acções de formação dirigidas a empresários, técnicos e agentes locais ligados ao sector turístico, na área da recepção e atendimento a pessoas portadoras de deficiência, ministradas em vários pontos dos territórios. As acções contaram com a participação de formadores com grande experiência no contacto com pessoas com necessidades especiais e beneficiaram aproximadamente 90 agentes locais.

A validação da rota está em fase de conclusão e foi realizada através de um conjunto de visitas-intercâmbios entre os territórios portugueses e espanhóis que, para além dos técnicos ligados ao projecto, contaram com a presença de um convidado em cadeira de rodas e o seu relatório de avaliação.

Actualmente estão identificados os locais acessíveis nos vários territórios e os Grupos LEADER encontram-se a ultimar a informação necessária à produção do guia turístico. A publicação do guia, a editar em português, espanhol e inglês, deverá ser feita em finais de Março, devendo a sessão pública de lançamento decorrer em Maio.

As associações Terras Dentro e Esdime em Portugal, Cedeco e Aderco em Espanha, dão um passo em frente a caminho da não discriminação no acesso ao turismo, providenciando o valor acrescentado da oferta turística existente, contribuindo paralelamente para o desenvolvimento sustentável, riqueza e progresso das suas regiões. Este consórcio luso-espanhol pretendia realizar os seguintes objectivos:

- promover a igualdade de oportunidades e favorecer a integração social de públicos com mobilidade e percepção reduzidas através da actividade turístico-recreativa;
- diversificar a oferta turística disponível demonstrando o potencial deste novo segmento de mercado;
- promover turisticamente e dotar de infra-estruturas e equipamentos os territórios envolvidos, contribuindo de forma sustentável, equilibrada e crescente para o seu desenvolvimento;
- estruturar um projecto de rota modelo, aplicável e transferível para outras regiões da Europa, tendo em vista a sua expansão para além da Península Ibérica.

A realização deste projecto, relevante pelo seu carácter inovador, só foi possível por ter como estratégia inicial, o envolvimento de um elevado número de entidades, governamentais e não governamentais, ligadas à área da deficiência, mas também de todos os agentes com responsabilidade no desenvolvimento turístico das regiões (regiões de turismo, autarquias, associações de municípios, empresários, entre outros) que, com base nas suas experiências, foram ajudando a definir a trajectória do projecto.

Esta parceria tem vindo a ser reforçada e fortalecida a cada passo do projecto, pelas várias entidades, todas elas com grande vontade de facilitarem o turismo para todos. Toda esta dinâmica de cooperação frutuosa tem sido reveladora do verdadeiro espírito de desenvolvimento local de baixo para cima, reforçando a coesão territorial, afinal um dos grandes objectivos da abordagem LEADER.

Com o decorrer do projecto e com a apresentação do guia “Rotas Sem Barreiras” impõe-se o compromisso dos quatro Grupos de Acção Local em velarem pela prática plena de um turismo acessível nos seus territórios.

Manuela Fialho

Coordenadora do Projecto Rotas Sem Barreiras
Terras Dentro



Cova da Beira

Igualdade de oportunidades é qualidade

A proximidade entre o rural e o urbano está cada vez mais evidente na região da Cova da Beira – concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão, do distrito de Castelo Branco.

Devido ao declínio da agricultura, e aumento de serviços ligados aos sectores secundário e terciário, tem vindo a crescer o número de pessoas a trabalhar nos centros urbanos, não deixando, contudo, de residir nas aldeias, o que tem incrementado os fluxos pendulares da população entre os meios rural e urbano.

A falta de interesse pelas zonas rurais e a atracção pelas áreas urbanas é um dos problemas que continua a gerar preocupações. É evidente, por isso, o esforço na inversão destas tendências, através da valorização dos potenciais endógenos e diversificação das actividades económicas, na atribuição de mais competências para as zonas rurais, mais acesso à informação, mais oportunidades, mais desenvolvimento, mais inovação nas iniciativas desenvolvidas e mais valorização pessoal.

O objectivo da diminuição das assimetrias entre os meios rural e urbano está centrado na fixação de população nas freguesias rurais, sendo necessário continuar a promover uma política de desenvolvimento local e a diminuir as carências das comunidades rurais. A fixação da população, sobretudo das camadas mais jovens, passa naturalmente pela melhoria das condições de vida e outros atractivos, e as exigências que decorrem da necessidade de coesão social e dos princípios pelos quais as sociedades se pautam, impondo a todos os actores económicos locais e às instâncias políticas um agir que contribua para um futuro melhor nas zonas rurais. Com base neste pressuposto, a Rude - Associação de Desenvolvimento Rural, numa trajectória de desenvolvimento e inovação, tem incentivado a criação de infra-estruturas físicas, a renovação de equipamentos, o investimento produtivo, o acesso às TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) e a outros serviços indispensáveis, para fixar os jovens nas suas aldeias de origem.

Com o aumento das actividades económicas e da população nos maiores aglomerados urbanos do território, com tendência para uma expansão cada vez maior, acabando mesmo por condicionar as áreas rurais adjacentes, é imprescindível uma aposta deliberada na ligação em rede dos centros rurais e urbanos. Será possível, deste modo, promover redes inter-regionais de comunicação que permitam fortalecer, por via tecnológica, as características referentes aos usos e costumes, património e produção local, que desta forma serão preservados e enriquecidos pela divulgação nas novas tecnologias, originando aumento de riqueza e diminuindo a discriminação social.

Dentro de uma lógica de actuação estratégica, conjunta e coordenada, e num desafio que tem exigido, entre outros aspectos, a igualdade de oportunidades, a Rude possibilitou o acesso à Internet, bem como a criação de alguns centros multimédia, oferecendo às populações das freguesias rurais a possibilidade de contactarem com computadores, de forma a desenvolverem as suas capacidades intelectuais e conhecimentos.

Por outro lado, dada a importância das actividades desportivas, culturais e de lazer, a Rude tem, através do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER, incentivado a criação de espaços e a diversificação de equipamentos desportivos que permitem servir localmente as populações em actividades desportivas, culturais e recreativas.

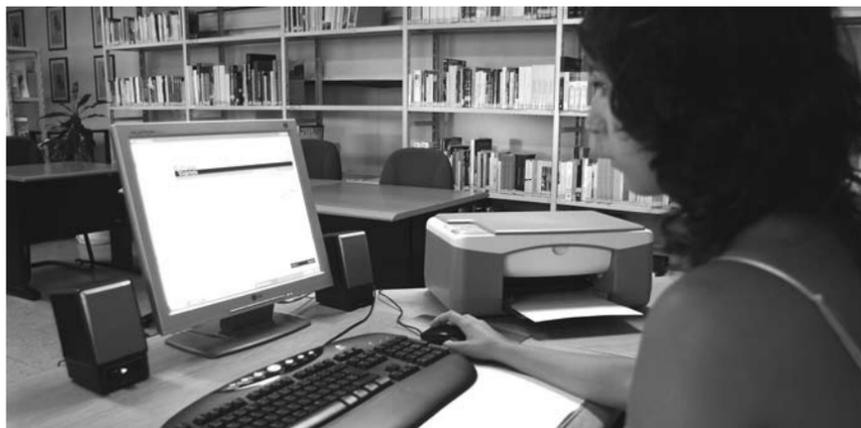
Entre as várias iniciativas que têm sido desenvolvidas, numa política de dinamização local, merecem especial destaque os 1º, 2º e 3º Meetings Internacionais, organizados no complexo desportivo da Covilhã (em 2001, 2002 e 2005, respectivamente) e que incluíram provas de diversas modalidades do atletismo, entre as quais, 100m cadeira de rodas/masculinos e 400m cadeiras de rodas/masculinos, contando com a participação de atletas oriundos de diversos países e atletas portadores de deficiência. Abertas ao público em geral, estas iniciativas permitiram à população assistir a provas de elevado nível desportivo, potenciando a adesão das camadas jovens a uma modalidade cuja divulgação e prática não são predominantes nas regiões do interior.

O conceito de “Igualdade de Oportunidades” preconizado pela Rude está naturalmente associado aos princípios estratégicos definidos para a implementação do Plano de Desenvolvimento Local LEADER+ na Cova da Beira, cuja dinâmica se materializa na concretização de acções co-financiadas pela associação, algumas delas promovidas por mulheres, no sentido de criar o próprio emprego.

No âmbito do LEADER+, a grande aposta da Rude surgiu com a finalidade de operar um impulso no seu território de intervenção, tendo como principal objectivo fixar alguma população, melhorar a qualidade de vida e criar as oportunidades que tendencialmente se procuram nos centros urbanos.

Com o apoio do Programa tem sido possível criar nas freguesias rurais alguns serviços colectivos que realçam as especificidades das comunidades rurais, e contribuem para a diferenciação e valorização de um território que se quer moderno, diferenciado, mas dotado de usos e saberes ancestrais.

Celeste Valente
Rude



Centro Multimédia / Rude



Polidesportivo de Vales do Rio (Covilhã) / Rude



2º Meeting Internacional de Covilhã / Rude

Montemor-o-Velho

Mais igualdade, maior desenvolvimento, melhor democracia

Nos últimos anos, a Associação Fernão Mendes Pinto elegeu como tema central da sua intervenção, no domínio da Igualdade de Género, a importância do equilíbrio entre homens e mulheres na tomada de decisão.

Apesar da igualdade entre homens e mulheres figurar entre os princípios fundadores da legislação comum europeia, as mulheres continuam significativamente sub-representadas na tomada de decisão política, tanto ao nível europeu como nas instâncias representativas dos Estados-membros.

Cada sociedade e sistema político têm os seus próprios valores, regras e procedimentos que afectam positiva e negativamente as oportunidades de envolvimento das mulheres na tomada de decisão política. Facto é que, a participação numa democracia não se restringe ao voto ou à participação em partidos ou órgãos representativos. Mulheres e homens estão ambos envolvidos em actividades da comunidade, em grupos de interesse ou actividades políticas individuais, tais como a angariação de apoios, contactos com funcionários públicos ou políticos, assinatura de petições ou manifestações. No entanto, esta participação altera-se significativamente quando falamos de participação política e partidária.

Os dados disponíveis revelam que, de algum modo, os homens demonstram maior probabilidade de participar nestas actividades do que as mulheres. Todos sabemos que esta participação está essencialmente relacionada com a estrutura dos quotidianos e dos próprios modelos de organização das actividades relacionados com a participação política e de tomada de decisão.

Tomar medidas para a igualdade

Partindo da constatação que a participação da mulher é fundamental numa sociedade que pretende valorizar a pluralidade de opiniões, a liberdade e a democracia, a Associação Fernão Mendes Pinto promoveu no concelho de Montemor-o-Velho o projecto “Mais Igualdade, Maior Desenvolvimento, Melhor Democracia”, no âmbito do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (Tipologia 4.4.3.1. - Pequena Subvenção às ONG).



Marco de Mulheres (Montemor-o-Velho) / AFMP

O projecto, que contou como parceiros a Aliança para a Democracia Paritária (ADP), a Rede de Mulheres Autarcas Portuguesas (REMA) e a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, visou essencialmente a realização de um Diagnóstico sobre a situação da Igualdade de Género no Município de Montemor-o-Velho, a partir do qual se construiu uma proposta para um Plano Municipal de Igualdade Género no Concelho. Conhecer o território e avaliar o impacto dos investimentos locais na vida de homens e mulheres é fundamental para assegurar um maior aproveitamento dos recursos existentes, já que as acções por estes sustentadas passarão a ser melhor direccionadas e mais ajustadas. Desta forma e, tendo em atenção as competências legais atribuídas às Câmaras e Juntas de Freguesia, foram seleccionados e/ou construídos indicadores que permitiram avaliar de que forma estão a ser distribuídos os recursos (humanos, materiais e financeiros) e o seu real impacto na igualdade/desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres. A informação estatística disponível nem sempre permite caracterizar estas áreas de intervenção, já que continuamos a não ver tratados aspectos essenciais devidamente desagregados por sexo.

Um projecto passo a passo

Como estratégia de execução, partiu-se da constituição de uma Comissão Restrita (deputados/as da Assembleia Municipal) de Acompanhamento ao Projecto e de grupos informais em diferentes freguesias. Foi assim possível, em conjunto, a equipa, políticos locais e a comunidade, seleccionar indicadores para avaliar a situação no Município em matéria de Igualdade de Género, seguindo-se a definição de propostas de intervenção em diferentes domínios e de acordo com as competências legais das autarquias. Foi ainda dada particular atenção à realização de Sessões de Informação - “Igualdade, Democracia e Cidadania” – já que os níveis de participação das populações de Montemor-o-Velho, são baixos. Este aspecto é ainda mais notório, no que diz respeito à participação feminina no domínio político e na tomada de decisão. Assim, e tentando promover o *empowerment* da população local, sobretudo no que diz respeito às questões da Cidadania e Democracia Paritária, foram realizadas sessões em diferentes freguesias com os seguintes objectivos: proporcionar mais conhecimentos e um maior entendimento sobre as relações de género e de poder, como estas podem ser modificadas e desenvolver nas pessoas a auto-estima, acreditando na capacidade de cada um para promover a mudança desejada e o direito de controlar a sua própria vida. Além dos produtos finais, o “Glossário de Conceitos de A a Z” e o “Plano Municipal de Igualdade de Género: uma proposta para o Concelho de Montemor-o-Velho”, o projecto realçou a necessidade de aumentar o empenho das mulheres para que partilhem o espaço cívico com os homens, informem acerca das suas dificuldades e interesses, falem das carências sentidas, afirmem as suas convicções, reclamem uma melhor distribuição dos recursos, tomem decisões. Todo este esforço de autonomia individual e colectiva é realizado com o propósito de melhorar a qualidade de vida das mulheres, pois está nas suas mãos participar, partilhar e decidir. As mulheres têm expectativas de satisfação das necessidades, mas para tal precisam de intervir, manifestar as suas opiniões, assumir a sua responsabilidade social e política. Importa ainda referir, no ano de 2005, o aumento do número de mulheres a participarem nas eleições autárquicas, comparativamente com os dados de 2001.

Marta Santos
Associação Fernão Mendes Pinto



Cova da Beira

Entre os maciços das serras da Estrela, Gardunha e Malcata, atravessada pelo rio Zêzere, a Cova da Beira tem nos recursos naturais o seu maior trunfo. Aliados a uma grande riqueza patrimonial e excelência dos produtos locais, traduzem o enorme potencial da Cova da Beira.

Cova da Beira. A sub-região do Centro de Portugal Continental que compreende apenas três concelhos – Belmonte, Covilhã e Fundão –, pertencentes ao distrito de Castelo Branco, constitui o território de intervenção da Rude - Associação de Desenvolvimento Rural.

Um território com uma área geográfica de 1373 km², num total de 67 freguesias, 31 pertencentes ao concelho da Covilhã, 31 ao do Fundão e cinco ao de Belmonte¹, enquadrado pelas serras da Estrela, Gardunha e Malcata e atravessado pelo rio Zêzere. Localização e recursos naturais que associados a uma enorme riqueza patrimonial e reconhecida excelência dos produtos locais, gastronomia e artesanato, conferem a esta região grandes potencialidades no âmbito do turismo.

Porta do Parque Natural da Serra da Estrela, a apenas 19,4 km do ponto mais alto da Serra da Estrela (Torre – 1993 m), a Covilhã é a cidade da neve, atraindo todos aqueles que procuram o prazer de esquiar ou tão somente passear por entre poios e cumes, ao encontro do sabor puro da montanha. Não faltam, no entanto, motivos para visitar a região em qualquer altura do ano. A Norte, na margem esquerda do rio Zêzere, a vila histórica de Belmonte, terra de Pedro Álvares Cabral; a Sul, a Aldeia Histórica de Castelo Novo, são referências obrigatórias para um passeio pela Cova da Beira. (Ver pág. 12)

Com uma história de 800 anos a trabalhar a lã, sendo ainda hoje um dos principais centros europeus da produção de lanifícios, fornecendo grandes marcas têxteis mundiais, a cidade da Covilhã é o principal núcleo urbano do território, exercendo a sua função de polarizadora sobre os demais. Dos 92.527 habitantes que os Censos de 2001 do Instituto Nacional de Estatística (INE) assinalam para a Cova da Beira, 53.835 residem

no concelho da Covilhã, 25.147 dos quais na cidade. Registrando uma densidade populacional de 96,9 hab./km², Covilhã é o concelho mais populoso. O concelho de Belmonte, com uma população residente de 7514 habitantes, conta com 63,3 hab./km² e o do Fundão, com 31.178 habitantes, 44,5 hab./km².

A pressão demográfica nos centros urbanos em detrimento das zonas rurais envolventes acentua a forte assimetria do território, onde a elevada densidade populacional das freguesias urbanas da Covilhã (1302 hab./km² – Conceição) contrasta com os valores muito baixos observados noutras localidades da Cova da Beira (9 hab./km² – Castelo Novo, Fundão).

A estrutura da população residente não difere da média apresentada para a Região Centro relativamente à média nacional. De acordo com os Censos de 2001, por cada 100 jovens (com menos de 15 anos) residem na Cova da Beira 156,6 idosos (com 65 ou mais anos), com o concelho do Fundão a apresentar 180 idosos por cada 100 jovens. A mesma fonte assinala para a Cova da Beira uma taxa bruta de natalidade de 8,2%, registando-se o valor mais expressivo no concelho da Covilhã (8,4%), e uma taxa bruta de mortalidade de 12,3%, com o concelho de Belmonte a ultrapassar esta média, com 14,3%.

Ainda assim, existe uma forte ligação entre os três concelhos, e uma possível complementaridade funcional entre os mesmos, que a Rude assinala como uma ponto forte do território no Plano de Desenvolvimento Local (PDL) LEADER+. “Se é mais nos núcleos urbanos que se concentra a actividade industrial, os serviços de apoio à indústria e complementares das actividades agrícolas dispersam-se mais pelas freguesias rurais do território”.

A nível económico, o secundário ainda é o sector que absorve a maior parte da população activa da região, embora se assista a um progressivo crescimento do terciário, nomeadamente em actividades relacionadas com a banca, seguros, turismo e ensino. Entre as actividades ligadas ao sector secundário destaca-se o encerramento de diversas unidades de pequena e média dimensão do sub-sector dos lanifícios, que conduziu a uma progressiva reconversão da mão-de-obra para outras actividades e serviços, comprovando a terciarização progressiva observada no concelho da Covilhã.

Geograficamente definida como uma depressão de superfície plana com altitudes entre os 400 e 500 metros, percorrida pelo rio Zêzere e ribeiras afluentes, a Cova da Beira revela-se um verdejante e fértil vale, com forte aptidão agrícola.

Ainda que a agricultura tenha vindo a perder peso nas últimas décadas devido, em grande parte, ao envelhecimento da população, a Cova da Beira continua a produzir, essencialmente, batata, milho, produtos hortícolas e frutícolas. Três frutas, reconhecidas através de Indicação Geográfica Protegida (IGP) – cereja, maçã e pêsego – são as actuais embaixadoras da Cova da Beira. (Ver pág. 20).

A região é ainda um importante produtor de vinho e azeite com características próprias, aproveitadas para a promoção da Cova da Beira, junto com o autêntico queijo da Serra, os tradicionais enchidos, a aguardente de zimbros e o mel. Sem esquecer a gastronomia e o artesanato. Entre os pratos mais tradicionais destaca-se o cabrito assado e nos doces fazem a festa o arroz doce, as papas de carolo, as filhoses, os biscoitos e azeite, os herminios, os nevões, as queijadinhas e milho, os borrachões e as tigeladas. No artesanato, para além dos trabalhos em lã, mantas, tecelagem e bordados, são famosas as flores de cerâmica, os bombos em pele, as vergas, trabalhos em pedra, madeira, cobre e olaria.

Recursos hídricos valiosos

De inegável valor são também os recursos hídricos naturais da Cova da Beira, contando com cerca de 400 nascentes hidrominerais qualificadas, 89 concessionadas, 48 em actividade e 32 com apenas utilização termal. Entre as águas de nascente existentes na região, a Sete Fontes (Covilhã) e Alardo (Castelo Novo – Fundão) têm uma destacada importância na economia local e regional.

A criação da Universidade da Beira Interior (UBI), em 1986, (na sequência da conversão do Instituto Politécnico da Covilhã, fundado em 1973) e do Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã (Parkurbis), em 2001, fazem igualmente da Covilhã um importante centro universitário e tecnológico. Quer o Parkurbis, promovendo o aparecimento de novas empresas e fornecendo serviços de apoio às empresas já existentes, quer a UBI, com mais de cinco mil alunos e quatro centenas de docentes, têm servido de estímulo ao desenvolvimento da região. Uma das características mais interessantes desta Universidade, instalada na Real Fábrica dos Panos, criada pelo Marquês de Pombal em 1763, junto à ribeira da Degoldra – na génese do desenvolvimento industrial da Covilhã –, resulta da recuperação dos antigos edifícios fabris, de elevado valor histórico, cultural e arquitectónico, o que levou também à criação do Museu de Lanifícios, considerado um dos melhores núcleos museológicos desta indústria na Europa.

Paula Matos dos Santos

Zona de Intervenção LEADER+



¹ No âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+, a Zona de Intervenção (ZI) da Rude integra apenas 49 freguesias da Cova da Beira, dado 12 freguesias do concelho da Covilhã e seis do Fundão estarem incluídas na ZI da Aderes - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela Sul. Considerando os dados do Plano de Desenvolvimento Local (PDL) LEADER+ da Rude, que sustentam que a ZI apresenta características idênticas às da área geográfica em que está inserida, importando reter a análise a nível concelhio, esta caracterização, sumária, da Cova da Beira, não faz tal dissociação.



Castelo Novo (Fundão) / João Limaio



Castelo de Belmonte / João Limaio

RUDE

Associação de Desenvolvimento Rural



A Rude - Associação de Desenvolvimento Rural foi constituída a 9 de Dezembro de 1991, "com o objectivo de responder ao

desafio lançado pela Iniciativa Comunitária LEADER". Para isso, foram ouvidas as entidades intervenientes no meio rural da Cova da Beira, entre câmaras municipais, juntas de freguesia, associações de desenvolvimento local, colectividades e organismos públicos, além da Universidade da Beira Interior, numa estratégia de "consolidação de uma rede heterogénea de parceiros", e a partir desse conjunto de parceiros, "definiram-se objectivos e métodos, e equacionaram-se soluções para o desenvolvimento dos concelhos de Covilhã, Belmonte e Fundão". Obtida a aprovação da candidatura, a 11 de Abril de 1992, foi assinada a Convenção Nacional com a Comissão Nacional de Gestão do Programa LEADER. Posteriormente, e com naturalidade, a associação avançou com a candidatura ao LEADER II. Nesta fase, durante a implementação do Plano de Acção Local (PAL), foram aprovados e financiados 158 projectos. Mais tarde, surge o LEADER+, em que a Rude também apostou, com a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Local (PDL) "visando revivificar o mundo rural e apostando nas potencialidades endógenas deste território e na aproximação dos cidadãos à informação e oportunidades".

Nos 16 anos de existência que conta, a Rude não limitou a sua intervenção ao programa LEADER. "Visto que a população local sentia variadas necessidades de desenvolvimento, o que motivou esta associação a empenhar-se na conquista de novas oportunidades de trabalho noutros programas do Quadro Comunitário de Apoio, nomeadamente no âmbito do Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional", sempre assente numa lógica de complementaridade

na aplicação de recursos e instrumentos financeiros para pôr em prática a estratégia de desenvolvimento.

Assim, na medida Recuperação dos Centros Rurais, a associação contribuiu para a elaboração do Plano Global de Intervenção (PGI) para o Centro Rural da Cova da Beira, que contemplava dois centros rurais: o Centro Rural da Cova da Beira I, que abrange três freguesias do concelho de Penamacor, e o Centro Rural da Cova da Beira II abrange cinco freguesias do Concelho do Fundão. Ambos com os mesmos objectivos estratégicos: reforçar no território a sua capacidade de atrair e fixar população; promover a dinamização socioeconómica; e dinamizar o território a partir do reforço da sua identidade e da solidificação de parcerias locais e regionais. A apresentação de projectos decorreu até 30 de Novembro de 1999, sendo que "até 30 de Setembro de 2000 foram aprovados 22 projectos".

No quadro de actuação da associação no território, os "contactos directos com a população têm sido um vector fundamental no desenvolvimento da actividade da Rude". Experiência que coloca a associação numa situação privilegiada para a elaboração de alguns estudos. "A Rude colaborou na definição de Linhas de Orientação Estratégica para a Beira Interior, um estudo coordenado pela Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior (DRABI), e procedeu à elaboração do Recenseamento dos Produtos Locais da Cova da Beira, em parceria com outra associação de desenvolvimento local (Beira Serra), sendo este trabalho orientado pela Comissão de Coordenação da Região Centro e pela Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior".

Rude

Quinta do Pedregal – Eixo TCT
Estação dos Caminhos de Ferro – 6200 Covilhã
Telefone: 275 313 016 | Fax: 275 314 470
E-mail: rudeleader@mail.telepac.pt | www.rude-adr.pt

Órgãos sociais

Assembleia Geral: Presidente Câmara Municipal de Belmonte | Secretário Junta de Freguesia do Tortosendo | Vogal João Carlos Gonçalves Lanzinha | **Direcção:** Presidente Carlos Alberto Pinto | Membros Arménio Marques Matias, Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira, Junta de Freguesia de Sobral de São Miguel, Luís Manuel Fino Gil Barreiros | **Conselho fiscal:** Presidente Cooperativa Agrícola dos Fruticultores da Cova da Beira | Vogais Câmara Municipal da Covilhã, Junta de Freguesia do Alcaide

Associados

Câmara Municipal da Covilhã, Câmara Municipal de Belmonte, Junta de Freguesia da Coutada, Junta de Freguesia do Alcaide, Junta de Freguesia de Belmonte, Junta de Freguesia de Caria, Junta de Freguesia de Casegas, Junta de Freguesia de Inguias, Junta de Freguesia de Maçainhas, Junta de Freguesia do Paul, Junta de Freguesia de Peraboa, Junta de Freguesia de Sobral de São Miguel, Junta de Freguesia de Unhais da Serra, Junta de Freguesia de Vales do Rio, Junta de Freguesia do Barco, Junta de Freguesia de Colmeal da Torre, Junta de Freguesia do Ferro, Junta de Freguesia do Tortosendo, Junta de Freguesia de Vale Formoso, Junta de Freguesia de Vale de Prazeres, Junta de Freguesia de São Jorge da Beira, Escola Profissional e Agrícola da Quinta da Lageosa, Universidade da Beira Interior, Região de Turismo da Serra da Estrela, Adegas Cooperativas da Covilhã, Adegas Cooperativas do Fundão, Cooperativa Agrícola de Fruticultores da Cova da Beira, Centro C.R.D. de Carvalhal Formoso, Casa do Povo de Alcaide, Individuais (29)

PDL LEADER+

Promover e reforçar competências das zonas rurais

Com o tema forte "Um Mundo Rural Globalizado", o Plano de Desenvolvimento Local (PDL) da Rude - Associação de Desenvolvimento Rural, pretende criar condições para que a ausência das características de vida moderna não seja um factor limitativo do local onde as pessoas podem viver e educar os seus filhos.

De acordo com informação da associação, "a estratégia integrada da Rude visa mobilizar, reforçar e aperfeiçoar a iniciativa, a organização e as competências locais; incentivar e melhorar a cooperação entre os centros rurais; promover a sua valorização e qualificação, transformando-os em espaços de oportunidades; garantir novas abordagens de desenvolvimento, integradas e sustentáveis; e dinamizar e assegurar a divulgação de saberes e tradições que conferem ao mundo rural a sua identidade".

Uma lógica de actuação que pretende contribuir para uma dinâmica de fixação populacional, sustentada na crença de que o território pode dispor de uma completa gama de serviços modernos, no âmbito dos três sectores de actividade. Daí que um ponto nevrálgico da estratégia seja a disponibilização de

serviços digitais localizados em freguesias rurais, de modo a "contrariar a marginalização crescente que a rápida evolução da sociedade da informação lhes poderia trazer". Uma intervenção que, paralelamente, também promove a acessibilidade a mercados e serviços externos à região, e que permite que a actividade económica local se integre em circuitos nacionais e internacionais.

Na sua apresentação, o PDL da Rude "preconiza a prossecução dos seguintes objectivos: informação, com mobilização de pessoas nas diversas freguesias, promoção de igualdade de oportunidades aos jovens e prestação de serviços através das novas tecnologias; produção local, com organização da oferta local e criação de uma estratégia de promoção e comercialização para os produtos locais, que inclui uma imagem de marca para as produções da Cova da Beira; património e ambiente rural, com recuperação de edifícios de reconhecido valor estético e a criação de mobiliário urbano e toponímia adequada às tradições locais; e desenvolvimento de parcerias, com actuação conjunta de diversas entidades em torno deste plano de desenvolvimento".

Textos de João Limão

Equipa Técnica Local



Celeste Valente
Coordenadora

Nascida em Zebreira, Idanha-a-Nova, completa na região o ensino secundário em Contabilidade e Administração. Em Lisboa frequenta a Alliance Française e o Lancaster College. Três anos depois regressa à aldeia. A vontade de retomar os estudos é inconciliável com o trabalho na escola e o casamento. Faz formação profissional, mas após 20 anos, "o serviço começava a ser muito rotineiro". É então que a Rude abre concurso para chefe de serviços e agarra a oportunidade. O objectivo era "sair, adquirir experiência nova e regressar à escola". Começa por organizar os serviços administrativos e integra-se aos poucos. Até que se dá a saída da coordenadora e é convidada a assumir funções. Avança "com algum receio" mas permanece com "apoio da Direcção" e rendida aos atributos do LEADER. "Um programa muito interessante para o nosso meio rural se projectos forem bem aplicados".



Eugénio Lopes
Técnico de Desenvolvimento e Gestão Financeira

Cresce no Barreiro, sempre com a Sarzedo das origens no horizonte. Licencia-se em Organização e Gestão de Empresas, na Universidade Moderna, adiciona-lhe uma formação de formadores, e trabalha em jornais locais do Barreiro. Só que "queria mesmo vir para a região" e arrisca. Trabalha "na Tribuna Desportiva", até que em Março de 2000, entra para o curso de Agente de Desenvolvimento, através da Rude, e acaba por integrar os quadros da associação, ficando "ligado ao programa LEADER". Ao mesmo tempo, frequenta acções de formação profissional, em Gestão, no Instituto Politécnico de Castelo Branco.



Anabela Martins
Administrativa

Completa o 12º ano na Covilhã onde nasceu e decide tirar um curso de Dactilografia e outro de Informática. Em Outubro de 1993, com os diplomas debaixo do braço, entra na Rude para um "primeiro emprego". É responsável pela área administrativa e financeira, dividindo-se entre o atendimento ao público, tratamento de correspondência e contactos, ou documentação variada, além de contribuir para a dinâmica de entre-ajuda da equipa técnica do GAL. No fundo, um "trabalho muito gratificante", "que me permitiu crescer e gostar de conhecer a zona". Em termos de visibilidade do trabalho da RUDE, não hesita em considerar que "temos sentido evolução muito positiva na região".



Pedro Flávio Meireles
Arquitecto

Natural da Covilhã, parte para Lisboa para tirar Arquitectura na Universidade Técnica de Lisboa. Findo o curso, passa dois anos na capital a trabalhar num ateliê, mas em 2002 regressa para coordenar o Gabinete Técnico Local da Covilhã - Zona Histórica. Ao princípio tarda em identificar-se com os "ritmos diferentes" mas adapta-se. Frequenta o mestrado de Reabilitação e Ambiente da Construção, na Universidade da Beira Interior, com a tese: "Sustentabilidade na reabilitação e arquitectura". Em paralelo, desenvolve projectos como free-lancer e encontra-se na "fase conclusiva dos trabalhos" no bairro da Judiaria - Centro Histórico Local. O trabalho na Rude surge há dois anos, "convidado pela Direcção para acompanhar trabalho de reabilitação das zonas históricas".



João Américo Santos
Contabilista

Natural da Covilhã, aí completa o Curso Geral de Comércio. Dois anos mais tarde, parte para o norte de Moçambique, onde trabalha como funcionário das finanças, e a guerra o encontra. Em Lourenço Marques casa e tem filhos, ficando a trabalhar num banco e, mais tarde, numa empresa distribuidora de automóveis, até Outubro de 1974. Com os solavancos da história regressa com a família para a Covilhã. Encontra emprego numa fábrica de indústria têxtil, que fecha com a crise, em 1980. Encontra solução a trabalhar numa empresa de construção de estradas e depois como Técnico de Contas, enquanto conclui o 12º ano. Em 1995 entra para a Rude como contabilista, em part-time.



Arménio Marques Matias
Animador de Desenvolvimento Rural

Em Vale Formoso completa o ensino primário e permanece até que o serviço militar o leva para Lisboa e Cabo Verde. Regressado à vida civil parte para o norte de França. Trabalha sete anos na indústria têxtil, ao mesmo tempo que estuda, conseguindo um lugar de mestre tintureiro durante mais sete anos, em Chantilly. Em 1979, a "saudades" de Vale Formoso tráz-lo para Portugal com o "objectivo de montar uma indústria" de panificação. Negócio que dura há 28 anos. Pelo meio, há 18 anos que acumula a presidência da Junta de Freguesia de Vale Formoso. Na Rude, é membro da Direcção desde o início e, a partir do LEADER II, começa a actividade de animador de desenvolvimento rural.

Um fim-de-semana na Cova da Beira

Da terra de Álvares Cabral ao “solar” da cerejeira

A viagem faz-se pelo vale do Zêzere, cruzando pontes, vestígios monumentais e aldeias em perfeita harmonia com a paisagem. Chegando à terra da indústria da lã, recue até ao séc. XVIII no Museu de Lanifícios. Depois, desça à aldeia de Castelo Novo para refrescar o corpo e a alma nas fontes do Alardo.

Depois de uma repouante noite na Pousada de Belmonte, atreva-se, mesmo num dia frio, a tomar o pequeno-almoço na varanda... Preservando integralmente toda a herança histórica do antigo Convento de Nossa Senhora da Esperança (fundado em 1563), a pousada permite desfrutar da paisagem, lançando um primeiro olhar pela Cova da Beira.

A seguir faça-se à estrada... À sua espera tem uma região cheia de vestígios monumentais. A menos de um quilómetro, na margem esquerda do Zêzere, a vila histórica de Belmonte, berço do navegador Pedro Álvares Cabral. Comece pela Igreja Matriz onde está exposta a imagem de Nossa Senhora da Esperança que, segundo a tradição, acompanhou Álvares Cabral na viagem da descoberta do Brasil. Ao lado o Castelo, onde nasceu o navegador. Em frente, observe a cruz de madeira de Pau Santo do Brasil (réplica da que foi mandada levantar por Cabral na primeira missa celebrada no Brasil), e a Igreja de São Tiago, de traça românica, com o seu altar mor decorado com frescos do séc. XVI. Não deixe de visitar o Panteão dos Cabrais, onde se encontra o túmulo de Pedro Álvares Cabral.

Caminhando pelo centro histórico, avançando pela rua da judiaria poderá encontrar a nova Sinagoga, inaugurada em 1997. Da antiga apenas resta uma inscrição datada de 1296. A história e as tradições da comunidade judaica encontram-se, no entanto, salvaguardadas no Museu Judaico, o primeiro do género em Portugal, cujas portas abriram ao público em 2005.

Antes de abandonar a terra de Pedro Álvares Cabral, não se esqueça de visitar o Ecomuseu do Zêzere, dedicado à história deste rio, e o Museu do Azeite.

Saindo de Belmonte pela EN345, desça até ao cruzamento com a EN18 e vire à direita para Norte, seguindo a estrada ao longo da Ribeira de Gaia, afluente do Zêzere. Virando novamente à direita, para Colmeal da Torre, encontrará facilmente a enigmática Torre Centum Cellas, marco da presença romana no concelho. Do Colmeal poderá seguir para Maçainhas, uma típica aldeia rural em perfeita harmonia com a paisagem, e daí para Olas, antiga aldeia medieval, onde importa visitar a Capela do Divino Espírito Santo.

Em direcção ao Sul, faça uma breve paragem em Caria, uma vila nobre e antiga do concelho de Belmonte, cuja Igreja Matriz da Imaculada Conceição, barroca, apresenta um notável altar de talha dourada. Chegando à terra da indústria da lã, porque não começar por uma

visita ao Museu de Lanifícios – considerado um dos melhores núcleos museológicos desta indústria na Europa –, na Universidade da Beira Interior, instalada na Real Fábrica dos Panos, criada pelo Marquês de Pombal, em 1763, junto à ribeira de Degoldra.

Grande capital do turismo de Inverno, a Covilhã – a apenas 19,4 km do ponto mais alto da Serra da Estrela – revela-se uma cidade com um património arquitectónico relevante que vale a pena conhecer, em qualquer altura do ano. A capela de S. Martinho, românica, Monumento Nacional, a Igreja Matriz, a Igreja de Santa Maria Maior, cuja fachada principal em azulejo azul e branco salta à vista, o Convento de Santo António e as Portas do Sol são alguns dos atractivos. Com vestígios da permanência do homem desde o Paleolítico, a Covilhã possui inúmeros locais de interesse associados à presença romana, como a fortaleza conhecida por Cava Juliana e o troço de calçada romana junto à estação de Caminhos de Ferro, entre outros, dispersos pelo concelho.

Tendo sido uma das principais “vilas do reino” na Idade Média, a Covilhã foi elevada à condição de cidade a 20 de Outubro de 1870 pelo rei D. Luís I. Entre as muitas personalidades ilustres da Covilhã, também ela berço de descobridores de Quinhentos, encontra-se Pêro da Covilhã, preparador da chegada de Vasco da gama à Índia. Deixando a Estrela, rumo à Gardunha, pela A23, chega-se a Castelo Novo. Aldeia Histórica de Portugal onde simplesmente passear pelo emaranhado de ruas e ruelas é um prazer.

Enquadrada no soberbo anfiteatro que forma a Serra da Gardunha, Castelo Novo surpreende pelos belos exemplares de casas senhoriais, como a Casa de S. Mateus e o Solar dos Gamboas. No Largo da Bica, o edifício medieval dos Paços do Concelho oferece à vista um belo chafariz barroco do séc. XVIII adossado à frontaria de granito, encimado pelas armas do rei D. João V. Por detrás, a antiga torre de menagem do castelo indica as horas à população da aldeia. Centro local importante de comércio, serviços e indústria, localizada no sopé da Serra da Gardunha, a cidade do Fundão tem no Pelourinho e na Igreja da Misericórdia (séc. XVI) dois valores patrimoniais assinaláveis. Com tempo para percorrer o concelho, considerado o “solar da cerejeira”, vale a pena visitar a Casa da Comenda e os Paços do Concelho em Alpedrinha, a Torre Sineira e a Igreja Matriz em Alcaide, e a Casa Museu na Aldeia de Joanes.

Ao longo do passeio, mais tarde ou mais cedo, irá concerteza dar-se conta de estar numa das regiões do país com mais nascentes hidrominerais qualificadas: cerca de 400. Entre as muitas águas de nascente que aqui brotam, destacam-se a Sete Fontes (Covilhã) e Alardo (Castelo Novo – Fundão), de inegável valor e importância na economia local e regional.

Beber estas águas puras directamente das fontes refresca o corpo e a alma... Mais um pretexto para se deixar levar um destes fins-de-semana pela Cova da Beira...

Beber estas águas puras directamente das fontes refresca o corpo e a alma... Mais um pretexto para se deixar levar um destes fins-de-semana pela Cova da Beira...

Beber estas águas puras directamente das fontes refresca o corpo e a alma... Mais um pretexto para se deixar levar um destes fins-de-semana pela Cova da Beira...

Paula Matos dos Santos



Centum Cellas (Colmeal da Torre, Belmonte) / Paula Matos dos Santos



Museu de Lanifícios - UBI (Covilhã) / Francisco Botelho

para dormir

Casa do Cimo (TER)
Aldeia Nova do Cabo – Fundão
Tel. 275 771 431

Quinta Formosa (TER)
Vale Formoso – Covilhã
Tel. 275 913 468; 965386993

Quinta dos Picos (TER)
Orjais – Covilhã
Tel. 275 921 017

Residencial “A Ponte”
R. da Ponte, S. Jorge da Beira – Covilhã
Tel. 275 657 310

Pousada de Belmonte
Convento de Belmonte – Belmonte
Tel. 275 910 300
www.conventodebelmonte.pt

para comer

Restaurante “A Ponte”
R. da Ponte, S. Jorge da Beira – Covilhã
Tel. 275 657 310

Restaurante “Netos do Padeiro”
R. de Santa Ana
Vale Formoso – Belmonte
Tel. 965310457; 932650005

Restaurante “Casa de Campo”
Quinta do Covelo – Covilhã
Tel. 275 331 174

Restaurante “Alquitarra”
Belmonte
Tel. 275 084 027

para visitar

Belmonte: Igreja de São Tiago, Capela do Divino Espírito Santo (Maçainhas), Casa de Oficinas de Artesanato

Belmonte: Torre de Centum Cellas (Colmeal da Torre), Castelo, Igreja Matriz, Panteão dos Cabrais, Museu do Azeite, Eco-Museu do Zêzere, Museu Judaico

Covilhã: Ecoteca da Covilhã, Casa Museu (Boidobra), Torre Sineira do Sarzedo, Fonte centenária (Tortosendo), Igreja Matriz (Tortosendo), Igreja Matriz (Boidobra)

Covilhã: zona histórica, Judiaria, Claustros do Convento de Sto. António, Casa das Morgadas, Pelourinho, Museu de Lanifícios (UBI)

Fundão: Casa Museu (Alcaide), Paços do Concelho (Alpedrinha), Fonte de Mergulho (Aldeia de Joanes)

Fundão: Pelourinho do Fundão, Casa da Comenda (Alpedrinha), Casa de S. Mateus (Castelo Novo), Antigos Paços do Concelho (Castelo Novo)

para levar

Tapetes em lã, embutidos em madeira, presépios em pasta de fimo, peças e miniaturas em madeira e xisto

Trabalhos em lã, tecelagem, flores de cerâmica, bombos e sacos em pele, vergas, artigos em pedra, trapologia, trabalhos em cobre

Enchidos regionais, bolos tradicionais, queijos, mel, compotas, frutas e vinhos

Biscoitos de azeite, herminios, nevões, filhoses, coscorões, bicas, cavacas, vinhos regionais, queijo da Serra, aguardente de zimbro, compotas, mel

ConVidas

Conciliar vida pessoal, familiar e profissional

Desde 2002 que a Beira Serra - Associação de Desenvolvimento Local tem vindo a intervir mais intensamente na área da Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres, no âmbito do projecto ConVidas – Conciliação entre a Vida Familiar e Profissional, co-financiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL.

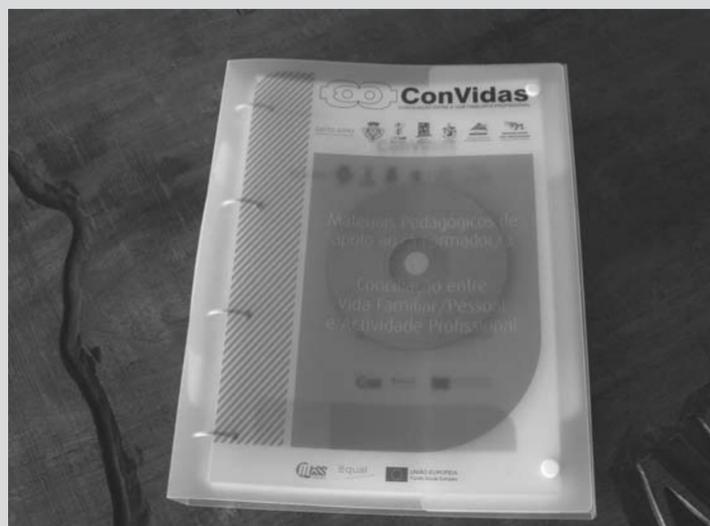
O ConVidas promoveu, para além de outras iniciativas, a concepção de materiais pedagógicos que facilitam a abordagem da temática da conciliação entre vida familiar, profissional e pessoal junto de diferentes públicos.

Um dos materiais concebidos destina-se a crianças do 1º e 2º ciclos e consiste num jogo lúdico-pedagógico sobre Conciliação entre Vida Familiar e Vida Profissional designado por “Vamos Lá Família”. A abordagem desta temática pelos vários agentes educativos (professores/as, animadores/as infantis, etc.) é fundamental para promover a mudança de mentalidades face às tradicionais representações sociais associadas ao papel da mulher e do homem na família, no trabalho e noutras esferas da sociedade. Neste sentido, este recurso lúdico-pedagógico facilita a reflexão sobre estas questões e sobre a importância da partilha de responsabilidades na família, uma vez que o jogo permite que as crianças desempenhem o papel de membros de uma família, simulando o decorrer de um dia em que se deparam com várias situações sobre as quais vão ter que tomar decisões e partilhar tarefas.

Para os adultos foi concebido um kit de formação designado “Materiais Pedagógicos sobre Conciliação entre vida pessoal/familiar e actividade profissional”, enquanto recurso facilitador da abordagem desta temática em contextos de formação. Este kit contém uma proposta para um plano curricular de 40 horas, constituído por seis módulos, com as suas várias actividades e materiais de apoio. A sua utilização é muito versátil podendo ser adaptada a diferentes públicos, contextos e/ou objectivos, pois tanto é possível aplicar o plano curricular no seu todo como, noutros casos, apenas módulos e/ou actividades isoladas.

Ambos os recursos são disponibilizados gratuitamente a pessoas ou instituições que pretendam intervir (ou que já intervenham) no âmbito destas temáticas, sendo necessário para tal proceder à sua requisição através da página de Internet da Beira Serra (www.beiraserra.pt).

Tânia Araújo
Beira Serra



Kit Formativo Conciliação / Beira Serra

O kit é composto por um manual de 230 páginas e por um CD que contém os conteúdos do manual em versão PDF, acrescentando a estes outros materiais de apoio às actividades, tais como estatísticas, imagens, vídeos, entre outros. O Manual em questão consubstancia-se numa curta Introdução, Breves Notas sobre a Conciliação; a Utilização dos Materiais Pedagógicos; a Proposta de Plano Curricular; seis Módulos e respectivas Fichas de Actividades com algum material de apoio, Fichas de Avaliação, o Glossário, a Lista de Endereços Electrónicos e a Bibliografia. Os públicos-alvo deste conjunto de conteúdos formativos são eles, empregadores/as, responsáveis pela Gestão de Recursos Humanos e Departamento de Formação, formadores/as profissionais, formadores/as em Igualdade de Oportunidades, docentes, responsáveis por entidades formadoras, ONG, dirigentes Sindicais, agentes da Administração Pública Central, Local e Regional e trabalhadores/as em geral. O objectivo geral aqui é “Sensibilizar o(s) público(s)-alvo, perspectivando uma mudança de atitudes e comportamentos relativos à Igualdade de Género e Conciliação entre a Vida Familiar/Pessoal e Actividade”.



Jogo Vamos Lá Família / Beira Serra

O “Vamos Lá Família” é composto por quatro tabuleiros de jogo, cada um representando um tipo de família diferente – famílias monoparentais, famílias alargadas, etc. – de forma a incorporar contextos diferentes. Para que os objectivos pedagógicos do jogo sejam atingidos o papel da pessoa que o dinamiza é fundamental, tanto para incentivar o debate entre as crianças como para promover a reflexão sobre os seus próprios contextos familiares.

Igualdade de Oportunidades para Tod@s

Em boa hora o Parlamento Europeu e o Conselho instituiu o ano de 2007 como "Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos - Para uma Sociedade Justa" (Decisão n.º 771/2006/CE). O Monte - Desenvolvimento Alentejo Central, A.C.E. em parceria com um conjunto de organizações públicas e privadas promoveu o Projecto "CASA - Rede de Solidariedades".

O Projecto "CASA - Rede de Solidariedades" decorreu entre 2004 e 2005 na vila alentejana de Arraiolos e foi apoiada pelo Eixo 5 do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (P.O.E.F.D.S.). Promoveram-se várias acções, com destaque para iniciativas com públicos desfavorecidos como mulheres desempregadas e comunidade imigrante. A acção "Promoção da Cidadania e Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres" contemplou a participação de 16 mulheres desempregadas, no âmbito de duas actividades de sete horas cada. Foi importante em termos de aquisição de conhecimentos e sensibilização para a Igualdade de Género. Onze delas tiveram oportunidade de integrar uma acção de Educação e Formação de Adultos, B3 - Costureira Modista. Permiteu passar uma nova visão das oportunidades entre homens e mulheres, num contexto formativo com exercícios práticos, dinâmicas de grupo e seguintes conteúdos programáticos: a evolução da mentalidade; conceitos; situação actual de mulheres e homens em Portugal; a cidadania e a democracia paritária; intervenção integrada para a mudança e guião individual para a promoção da igualdade.

Por outro lado, o projecto "CASA - Rede de Solidariedades" teve como objectivo apoiar a população imigrante, intervindo em três acções, a saber: a acção de animação sociocultural "Todos Juntos, Todos Iguais"; a acção de sensibilização "Promoção da Cidadania dos Imigrantes e Minorias Étnicas" e finalmente um workshop para "Técnicos no Apoio a Imigrantes". O Monte desenvolveu, ainda no âmbito do projecto "CASA - Rede de Solidariedades", duas acções de informação, nomeadamente a "Valorização Pessoal" e "Economia Familiar", dirigidas a mulheres desempregadas e beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (RSI).

Para derrubar barreiras e alcançar maior confiança junto dos imigrantes, foi promovida uma acção de animação sociocultural, a que demos o nome de "Todos Juntos, Todos Iguais". Esta iniciativa dividiu-se em dois momentos. O primeiro consistiu na realização de um *workshop* sobre "Histórias de Vida dos Imigrantes", um encontro desportivo entre um grupo de imigrantes e a comunidade local, uma refeição gastronómica confeccionada por imigrantes e uma sessão musical animada por um grupo musical russo. A segunda actividade correspondeu a uma viagem das duas comunidades pelo Alentejo, nomeadamente Alqueva, Serpa,

Moura e Portel.

O "Todos Juntos, Todos Iguais" foi um sucesso. Durante a manhã, o debate e a partilha de informação foi rica. Nesta sessão estiveram presentes imigrantes de quatro nacionalidades, técnicos de acção social, voluntários, assim como a própria técnica do Centro Local de Apoio ao Imigrante (C.L.A.I.) de Évora. Durante a tarde, o jogo de futebol acabou por apresentar um resultado positivo, sobretudo pelo *fair-play* entre portugueses, brasileiros, angolanos, cazaquistaneses e ucranianos. O sucesso desta actividade também se ficou a dever aos ucranianos, pois confeccionaram um magnífico jantar típico de Leste para cinquenta pessoas, entre imigrantes e membros da comunidade local (Igrejinha). O dia acabou em grande, pela noite adentro, com um baile espectacular animado por um músico russo, levando imigrantes e população local a confundirem os passos na pista de dança.

A inclusão comunitária de imigrantes passa por estas iniciativas. A discussão em torno dos problemas promove o conhecimento e pode contribuir para a definição de acções. A auto-estima dos imigrantes sai assim reforçada, porque se sentiram úteis e assumiram com sucesso tarefas e papéis de responsabilidade. O grupo-alvo em questão também ficou valorizado aos olhos da comunidade local. O convívio e a animação foram uma constante nestes momentos, registando-se a participação de cerca de 70 indivíduos nesta actividade.

A nível mediático, estiveram presentes o "Diário do Sul" e um jornalista russo da Agência Lusa, este último tendo sido responsável pela elaboração de uma reportagem sobre esta actividade, publicada num suplemento em língua russa do "Diário do Sul" e num jornal russófono.

Através dum trabalho em parceria foi possível complementar esta intervenção com a Iniciativa Comunitária LEADER+, através da aquisição de uma antena parabólica e restante equipamento para a população imigrante poder ver programas na sua língua no Centro Social Recreativo de Cultura e Desporto da Igrejinha.

A actividade "Promoção de Cidadania dos Imigrantes e Minorias Étnicas" tinha inicialmente como destinatários os imigrantes, porém, através de uma dinâmica de complementaridade esta actividade contou com a participação de pessoas da comunidade local, outros técnicos e voluntários.



Formandas EFA, B3 - Costureira Modista (Arraiolos) / Monte - ACE



Foi particularmente importante porque promoveu a interculturalidade e o multiculturalismo, juntando participantes de várias nacionalidades. O principal objectivo era até final de 2005, a comunidade de imigrantes de Arraiolos conhecer os seus direitos e deveres de cidadãos e poder assim exercer plenamente a sua cidadania. Por parte da comunidade local, também presente nesta acção, espera-se que graças aos conhecimentos adquiridos apoie e promova a prática da cidadania dos imigrantes e desenvolva assim a sua capacidade de interacção.

Relativamente aos conteúdos programáticos destacam-se as seguintes temáticas: processo de legalização; autorização de vistos; educação; saúde, habitação, reagrupamento familiar; retorno voluntário; associativismo e interculturalidade. Como resultado da parceria com o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (A.C.I.M.E.) e o C.L.A.I. de Évora foram distribuídos vários recursos didácticos e pedagógicos aos participantes, entre eles um livro com o título “Viver em Portugal”, especialmente dirigido aos Imigrantes de Leste, com um enfoque para as questões da Língua. Como principais resultados podemos salientar que no final das três sessões foram ministradas nove horas de informação/sensibilização para promover a Cidadania, contando com a participação de 15 cidadãos imigrantes.

Finalmente, foi desenvolvido um workshop de formação de técnicos para a intervenção com imigrantes. Este workshop decorreu durante dois dias, com sete participantes, num total de 14 horas, e tendo como formador Jorge Malheiros, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Daí resultou um conhecimento mais aprofundado sobre a Imigração, a Multiculturalidade, a Lei da Imigração, entre outros assuntos.

De acordo com a decisão n.º 1983/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, 2008 foi proclamado “Ano Europeu do Diálogo Intercultural”. Desde 2006, está a ser implementado um projecto denominado “ParticipAR - Inovação para a Inclusão em Arraiolos” com uma parceria

de cerca de 25 organizações e apoiado pela Medida I do PROGRIDE (Programa para a Inclusão e Desenvolvimento) do Instituto de Segurança Social). Nesse âmbito, foi promovido em Outubro de 2007 um encontro designado “Olhar a Imigração: das Competências Profissionais à Inserção Social”. Decorreu durante dois dias, o primeiro dia destinando-se a técnicos e assumindo a forma de colóquio; o segundo dia servindo para a comunidade visualizar e debater um filme sobre migrações, seguido de jantar de convívio e de um espectáculo musical. No futuro, vai ser editado um livro com as comunicações do primeiro dia, incluindo, entre outras, a do Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural (A.C.I.D.I.) e da Coordenadora Nacional do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (P.N.A.I.).

Há no meio rural uma ligação próxima entre Cidadania e Igualdade de Oportunidades. As mulheres migrantes, por exemplo, enfrentam grandes dificuldades de inserção, sendo, muitas vezes, vítimas de dupla ou múltipla discriminação. Não obstante, muitas demonstram um nível elevado de empreendedorismo. Importa por isso promover acções inovadoras dirigidas a públicos desfavorecidos para melhorar a sua qualidade de vida e, simultaneamente, desenvolver os territórios locais por eles escolhidos para viver e constituir família.

A promoção da Igualdade de Oportunidade deve ser um esforço partilhado entre todos, porque contribui para a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos e cidadãs e trás benefícios fundamentais para a sociedade em geral. O desenvolvimento sustentável e a qualidade da participação dos cidadãos para a democracia prende-se com as oportunidades dadas a homens e mulheres, mas porém, sem esquecer o critério do mérito e da diferenciação entre pessoas.

João Pedro Antunes
Monte - ACE

Concurso público

Direitos Humanos – Igualdade de Direitos

Desde o dia 25 de Fevereiro encontra-se aberto o concurso público para a apresentação de candidaturas ao Projecto “Direitos Humanos – Igualdade de Direitos. As organizações não governamentais (ONG) pela promoção da cidadania e de novas oportunidades na comunidade” no âmbito do Fundo ONG do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu.

Este Projecto, que tem como entidade intermediária de gestão a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), visa promover a cidadania activa e aumentar o impacto das organizações da sociedade civil na comunidade, através do financiamento de pequenos projectos desenvolvidos por ONG (isoladamente ou em parceria), em três sectores prioritários: Promoção dos Direitos Humanos e Reforço da Cidadania; Participação Social e Cívica das Pessoas Jovens na Comunidade; Empreendedorismo e Empregabilidade de mulheres, imigrantes e pessoas com deficiência.

São elegíveis as ONG e outras entidades sem fins lucrativos legalmente constituídas em Portugal, em cujos objectivos estatutários e actividade se

incluam, nomeadamente, a promoção dos Direitos Humanos, Cidadania e Igualdade de Género.

O montante global para financiamento é de 1.019.165 euros, sendo o limite de financiamento, por projecto, máximo de 250.000 e mínimo de 40.000 euros, para projectos com uma duração compreendida entre um máximo de 24 e um mínimo de 12 meses. A taxa de financiamento é de 85 por cento. Em 3 de Abril irá realizar-se, em Lisboa, um Seminário de apresentação do Projecto “Direitos Humanos – Igualdade de Direitos”, com a participação de representantes dos países doadores do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (Islândia, Liechtenstein e Noruega) para informação aos potenciais promotores sobre os procedimentos de candidatura.

A data limite para entrega de candidaturas é 15 de Maio de 2008. Para mais informações sobre o Projecto e elaboração de candidaturas consultar: <http://www.cig.gov.pt>. Pedidos de esclarecimento em: eeagrants.fundong@cig.gov.pt.

I.O.D.O

Mala formativa para a igualdade

A Mala Formativa, “produto” do projecto I.O.D.O – Iguais Oportunidades Diferentes Opções, apoiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL e promovido pela FENACERCI (Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social), resulta de um diagnóstico do défice de informação/formação dos agentes empregadores e facilitadores/promotores de empregabilidade, sobre a relevância e impacto social do seu papel na inserção de pessoas pertencentes a grupos desfavorecidos.

Os baixos níveis de participação e empregabilidade, sobretudo nos sectores cooperativo e autárquico, motivaram a construção de um instrumento que compilasse informação de apoio ao trabalho dos agentes de diversos quadrantes profissionais. Assim, a mala formativa reúne material sobre inserção profissional, concebido de forma flexível e dinâmica, de modo a ser utilizável em vários contextos, nomeadamente em situações de formação ou sensibilização, por diferentes utilizadores e para destinatários diversos.

Este recurso permite facilitar abordagens previamente estruturadas sobre matérias de interesse, na óptica da facilitação e diversificação de oportunidades de inserção; disponibilizar orientações formativas, concebidas em moldes flexíveis de modo a poder ser utilizado com diferentes destinatários; criar uma linha de abordagem transversal e convergente, relativamente a domínios considerados importantes para a mobilização de agentes facilitadores de inserção.

A mala formativa consiste numa ferramenta auxiliar na promoção de acções de informação e sensibilização sobre inserção sócio-profissional de grupos desfavorecidos. Cabe ao utilizado/facilitador gerir os conteúdos e materiais da Mala, em função dos seus próprios conhecimentos, das matérias a abordar, dos destinatários e dos objectivos da acção.

Sendo o principal objectivo da mala formativa, fornecer informação relativa à inserção no mercado de trabalho, os seus potenciais utilizadores/facilitadores são entre outros: empregadores, formadores, dirigentes/decisores, autarcas, técnicos de intervenção social e agentes de desenvolvimento local. Quanto a beneficiários, contam-se indivíduos com capacidade de trabalho reduzida, com deficiência ou doença crónica; imigrantes e minorias étnicas; mulheres grávidas, puérperas ou lactantes; população jovem à procura do primeiro emprego e com dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

A mala formativa contém um destacável que descreve os conteúdos e objectivos deste recurso e um caderno do utilizador (módulo zero) e seis

módulos formativos apresentados em versão *PowerPoint*, acompanhados de um guião de apresentação com sugestões de trabalho. Os temas dos módulos são a solidariedade e emprego: o lugar e papéis dos agentes sociais e laborais; o marketing social ao serviço da criação de oportunidades de inserção; condições de facilitação da empregabilidade; apoios à colocação; a responsabilidade de ser cidadão e balanço de competências. Também fazem parte dos conteúdos fichas bibliográficas, um vídeo, um cd-rom, materiais promocionais e fichas de avaliação.

Na Acção 3 do projecto I.O.D.O, correspondente às actividades de difusão e sensibilização de outras entidades para o interesse e utilidade desta ferramenta, a Federação Minha Terra foi convidada a integrar a parceria de desenvolvimento para a disseminação do Produto “Mala Formativa”, que já contava com a ANJE (Associação Nacional de Jovens Empresários), INSCOOP (Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo), FENACHE (Federação Nacional das Cooperativas de Habitação Económica) e FENACOOP (Federação Nacional das Cooperativas de Consumidores), para além da entidade interlocutora FENACERCI.

No âmbito da disseminação promoveram-se três *workshops*, durante o mês de Março de 2007, respectivamente na ANJE no Porto, na ADICES - Associação de Desenvolvimento Local, em Santa Comba Dão, e, no INSCOOP, em Lisboa, com o objectivo de organizar as sessões de dinamização do produto do projecto, recorrendo ao marketing social; participando na dinamização do produto e sensibilizando potenciais “agentes de empregabilidade” para a problemática dos públicos desfavorecidos, com dificuldades de inserção socioprofissional.

Posteriormente, e de modo a proporcionar às Associações de Desenvolvimento Local (ADL) um momento de contacto privilegiado com este instrumento, a Federação Minha Terra convidou Rogério Cação, Vice-Presidente da FENACERCI, a animar uma sessão suplementar em torno da mala formativa.

Minha Terra



Loja Portugal Rural, “Ribatejo na sua Riqueza Interior”

Abrantes, Sardoal e Constância mostram-se em Lisboa

Camponesas, amas, noivas e damas antigas com elegantes chapéus de penas... Com apenas 22 cm de altura, elas já fizeram as delícias das meninas de outros tempos; hoje são relíquias do artesanato de Constância. As tradicionais bonecas de pernas de cana, que se supõe serem datadas do final do século XIX, foram a principal atracção da Loja Portugal Rural, em Lisboa, no passado dia 13 de Março, no âmbito da acção promocional ali organizada pela Tagus - Associação para o Desenvolvimento do Ribatejo Interior para divulgar três dos principais eventos de Abrantes, Constância e Sardoal.

A iniciativa – “Ribatejo na sua Riqueza Interior” –, enriquecida com os produtos agro-alimentares e o artesanato da região, foi dividida em três momentos, tendo arrancado no dia 22 de Fevereiro com os “Sabores do Tejo”. O Festival de Gastronomia que decorreu em Abrantes de 22 de Fevereiro a 9 de Março, onde o arroz de lampreia, a açorda de sável, o cabrito assado no forno, as tigeladas, a lampreia de ovos, a palha de Abrantes e os vinhos da região marcam presença obrigatória. Para além da possibilidade de degustar algumas destas iguarias em Lisboa, os visitantes da Loja Portugal Rural puderam recordar o rio Tejo de outrora, através de uma exposição multimédia.

Num segundo momento, no dia 6 de Março, a Loja Portugal Rural partilhou a arte de fazer um tapete de pétalas de flores pelos sardoalenses, transmitindo a alma da tradição da sua Semana Santa. Todos os anos, por altura da Semana Santa, os habitantes do Sardoal enfeitam as igrejas e capelas da vila com tapetes de pétalas de flores (naturais) e outros artefactos alusivos à quadra.

Finalmente, a 13 de Março, a Loja Portugal Rural surpreendeu os visitantes com uma mostra do espectáculo de cores e formas que todos os anos se renova em Constância por altura da Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem/Festas do Concelho.

Num esforço conjunto, os residentes enfeitam generosamente as suas ruas, largos, becos e escadas com flores de papel. O ponto alto das festas, que têm lugar nos dias 22, 23 e 24 de Março, integrando actividades desportivas, mostras de artesanato, exposições, música, gastronomia, doçaria e muita animação, são as cerimónias religiosas no dia do Concelho (24): missa solene, procissão em honra de Nossa Senhora da Boa Viagem e bênção dos barcos nos rios Tejo e Zêzere.

A devoção em Constância a Nossa Senhora da Boa Viagem vem do século XVIII, tendo sido construído em 1788, na actual Igreja Matriz, o altar onde se colocou a imagem que continua a sair na procissão para abençoar os barcos.

Para dar a conhecer este legado aos lisboetas, a Tagus convidou quatro “especialistas” na matéria, que revelaram ao vivo os segredos na arte de fazer as flores de papel e as tradicionais bonecas de pernas de cana.

Especialmente atentos estiveram os meninos e meninas do 1º Ciclo da Escola de Pedro Nunes e do Jardim Escola João de Deus, de Campo de Ourique, convidados a pôr à prova as suas habilidades manuais, nesta visita à Loja Portugal Rural.

A professora de Educação Visual na Escola EB 2,3/S Luís de Camões, Laurinda Oliveira, onde as festas de Constância fazem parte do projecto-escola, e Cristina Bento, do Posto de Turismo, não deram descanso às mãos, ajudando a “nascer” coloridas flores umas atrás das outras...

Ao lado, Maria da Conceição e Palmira Governo, as duas (e já únicas) artesãs que mantêm viva a tradição das bonecas de pernas de cana em Constância, desvendaram, passo a passo, todo o processo de concepção de uma boneca, da estrutura (pernas de cana) às vestes e acessórios.

Oito horas é quanto levam, em média, a nascer estas bonequinhas de faces rosadas, cabelo de lã de ovelha castanha, braços de cartolina, meticulosamente vestidas e adornadas... Camponesas, carregando à cabeça um cântaro de água, um molho de lenha ou a trouxa de roupa para lavar no rio, amas, com os seus aventais e tocas, noivas e damas antigas com elegantes chapéus de penas e bolsa a condizer... Cada boneca é uma peça única, não há duas iguais...

Paula Matos dos Santos

Portugal Rural

Portugal Rural é um espaço de dinamização e divulgação do mundo rural português no âmbito de uma acção de cooperação interterritorial do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+ entre nove associações de desenvolvimento local (ACAPORAMA, ADAE, ADELO, ADICES, ADIRN, DESTAQUE, LEADEROESTE, MONTE e TAGUS) e a Proregião.

Apostando na comercialização de produtos locais de qualidade, a Loja Portugal Rural prima por uma mercearia recheada de azeites, enchidos, queijos, conservas, compotas e muitas outras iguarias, uma adega com alguns dos melhores vinhos do país e peças originais do artesanato português, e uma “Taberna” onde é possível provar os sabores típicos portugueses.

Paralelamente, a Loja Portugal Rural acolhe eventos com vista à promoção e divulgação de produtos locais e territórios onde são produzidos, tais como degustações e provas de vinhos, e propõe ementas realmente saborosas, através do seu serviço de catering.

Loja Portugal Rural
R. Saraiva de Carvalho, 115
Campo de Ourique – Lisboa
Telf: 213 958 889
lojaportugalrural@mail.telepac.pt



Agricultura Multifuncional, Desenvolvimento Rural e Políticas Públicas

III Congresso de Estudos Rurais

Numa organização da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER), decorreu nos dias 1, 2 e 3 de Novembro de 2007 no Campus de Gambelas da Universidade do Algarve, em Faro, o III CER, dando continuidade ao grande sucesso que foram as duas anteriores edições, em Vila Real (2001) e Angra do Heroísmo (2004).

Ao longo de um dia e meio, o III CER, que se propunha “um fórum alargado de reflexão em torno dos estudos rurais, cruzando múltiplos olhares sobre um mundo rural em profunda mutação” reuniu, de facto, estudiosos e investigadores (de diferentes disciplinas), técnicos e praticantes (da agricultura e do desenvolvimento rural), mas poucos decisores políticos...

Após a conferência inaugural do professor António Vásquez Barquero, da Universidade Autónoma de Madrid, sobre a aplicação prática do conceito de desenvolvimento endógeno, as mais de sessenta comunicações distribuíram-se em três grandes sub-temas que funcionaram em painéis paralelos: Agricultura Multifuncional (22); Desenvolvimento Rural e dinâmicas territoriais (24) e Políticas públicas de desenvolvimento rural para 2007-2013 (19), coordenados respectivamente pelos professores, António Covas, João Castro Caldas e Fernando Oliveira Baptista.

Perante a vastidão dos trabalhos apresentados e a necessidade de focalizar este relato, a opção recaiu naturalmente nas comunicações sobre o LEADER. Curiosamente, as três comunicações sobre o LEADER foram “arrumadas” no painel das “políticas públicas”, reforçando a importância futura do ainda Programa de Iniciativa Comunitária.

Pelas 8h45 de sábado, 3 de Novembro, (bem no meio do “fim de semana grande” de Todos-os-Santos), Luís Moreno (Centro de Estudos Geográficos e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) apresenta a comunicação “LEADER: dos primórdios ao mainstreaming; de um balanço à prospectiva em Portugal”, nas palavras do próprio – “o LEADER em voo de pássaro”. Na apresentação, o autor aborda o papel do LEADER como instrumento de Desenvolvimento Rural e de Desenvolvimento Local, relevando as funções de reanimação, criação de competências, iniciativas e decisões em meio rural, criando condições para uma nova governança e para a territorialização do desenvolvimento; como exemplo concreto da influência do LEADER noutros programas, aponta os Centros Rurais e Aldeias Históricas (PPDR). Contudo, na percepção do autor, não deixou de se verificar uma progressiva funcionalização e burocratização dos Grupos de Acção Local, com dificuldades de adaptação às mudanças e estreitamento das perspectivas de intervenção. Através de uma análise de conteúdo da tipologia de projectos, foi possível mostrar padrões de diferenciação regional (mais peso da Comercialização na Beira Litoral; do Património no Norte; Cooperação e Educação na Beira Interior; Equipamentos e Formação no Alentejo, etc.), assim como marcadas diferenças Norte-Sul em diferentes aspectos da intervenção e funcionamento das Associações de Desenvolvimento Local (ADL). Para o futuro, no quadro da integração da abordagem LEADER nos Programas de Desenvolvimento Rural, o investigador deixou alguns desafios de trabalho: o desenvolvimento organizacional, no sentido de uma nova governança; projectos mais sustentáveis que sejam motores do desenvolvimento dos territórios e, por fim, um apelo ao potencial criativo dos GAL para integrarem as relações rural – urbano nas estratégias de desenvolvimento.

Têm a palavra a ESDIME e MONTE...

Na mesma sessão de trabalho, feito o enquadramento global do Programa, duas ADL, a ESDIME e o Agrupamento MONTE, com responsabilidades enquanto entidades locais gestoras da Iniciativa LEADER+, apresentam o balanço da intervenção dos últimos anos e as implicações para a preparação do próximo período de programação.

David Marques, presidente da direcção da ESDIME, apresenta a comunicação “O Programa LEADER no Alentejo Sudoeste – balanço e prospectiva”, de que é co-autor com Isabel Benedito (vice-presidente da direcção e coordenadora do Grupo de Acção Local). A comunicação faz um breve histórico das origens da ESDIME e do seu envolvimento na implementação do LEADER no Alentejo Sudoeste, destacando as virtudes da gestão local de proximidade, nomeadamente as relações de confiança entre promotores e gestores, a simplificação dos processos e a rapidez de análise e decisão sobre os projectos. A estratégia

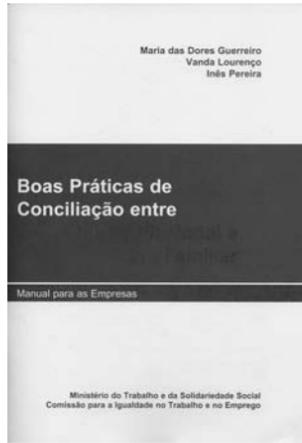
posta em prática com o LEADER+, que assentou na promoção e reforço das componentes organizativas e das competências do território, surge na sequência natural da definida no LEADER II (reforço e melhoria dos recursos humanos e das organizações) e aplicou-se financiando projectos concretos das organizações e envolvendo-as e co-responsabilizando-as na gestão, explicou o autor. No momento da preparação de um novo quadro de programação reafirmam-se antigos desafios e lançam-se novos: a estratégia dará destaque ao reforço da dinâmica e da sustentabilidade do tecido empresarial e ao nível da gestão procurar-se-á maior grau de inovação, menor peso do trabalho administrativo e melhores resultados com a cooperação transnacional.

“A dinâmica de execução do LEADER+ no Alentejo Central”, é o título da comunicação apresentada por Marta Alter, coordenadora do Grupo de Acção Local (GAL) MONTE. Trata-se de um esforço de condensação dos resultados do processo de auto-avaliação dos impactos do programa no território, que procurou conciliar duas perspectivas: a apresentação de resultados quantitativos, que são o conteúdo habitual dos relatórios de execução; e por outro lado, resultados de ordem mais qualitativa, através de um inquérito realizado junto dos promotores de projectos, tendo como referência, para efeitos de comparação, o estudo de avaliação intercalar efectuado a nível nacional. Este processo forneceu dados importantes sobre as dinâmicas do território Alentejo Central, evidenciando a adequação e pertinência da “metodologia Leader” na promoção e implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável nas zonas rurais; a importância da rede de entidades parceiras na animação territorial e articulação com todos os actores locais; o destaque assumido pela valorização dos produtos agro-alimentares em termos de actividade económica e de criação de emprego; a importância das colectividades, associações e outras entidades de base comunitária na animação cultural, desportiva e musical.

Antes da sessão de encerramento, no final manhã, Priscila Soares, presidente da direcção da Associação In Loco, apresenta a comunicação “Instrumentos de Desenvolvimento Rural no Algarve: “lições” do III QCA e sugestões para o QREN”. A partir da experiência da associação, a autora, faz um balanço crítico sobre os instrumentos do QCA que agora termina, nomeadamente: adequação à realidade, modelos de gestão, acompanhamento e controlo; constrangimentos provocados pelo enquadramento jurídico e institucional em que os projectos se desenrolam. Priscila Soares destaca a necessidade de um forte investimento numa rede de animadores locais para o sucesso das intervenções de desenvolvimento rural e o retrocesso que o Programa LEADER+ representou em relação aos anteriores, no apoio a essa rede de animação. Acrescenta que a melhoria das condições de vida e da autoestima das pessoas, indispensável à fixação de gente nos territórios rurais, requer apoios concretos para melhorar a habitabilidade das casas para quem lá vive a não apenas para quem as vê de fora (fachadas), dando como exemplo a desadequação dos apoios da medida Agris 7.1. Os modelos das iniciativas de formação (AGRO, LEADER, ProAlgarve, POEFDS) são considerados desadequados, com uma formatação rígida que não privilegia a alternância, a formação-acção, a formação-consultoria. As regras de gestão administrativa e financeira asfixiam as organizações promotoras, pelas não-elegibilidades e pelo modelo de reembolso de despesas, cujas consequências se agravam com os atrasos de pagamento. Por fim, no que respeita aos instrumentos de apoio à melhoria das unidades de valorização dos produtos locais, refere a necessidade de simplificar a legislação de licenciamento e funcionamento, acompanhada de uma fiscalização pedagógica efectiva, em alternativa à complexidade dos procedimentos prévios actuais, que desmobilizam os empreendedores.

Na sessão de encerramento os responsáveis pelos três sub-temas do congresso apresentaram a sua leitura das sessões, dificultada pela riqueza e diversidade dos contributos. À semelhança do que aconteceu com a edição anterior, com a edição das Comunicações do II CER no volume “Periferias e Espaços Rurais” agora disponibilizado, a SPER espera publicar as comunicações deste congresso brevemente. Entretanto, há mais informações em www.sper.pt.

Luís Chaves
Minha Terra



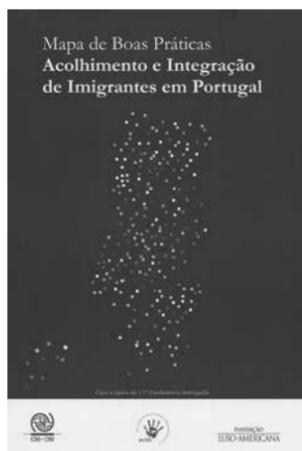
Boas Práticas de Conciliação entre Vida Profissional e Vida Familiar Manual para as Empresas

Guerreiro, Maria das Dores; Lourenço, Vanda; e Pereira, Inês; CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego; 2006

O século XX assistiu a profundas transformações das sociedades industrializadas, que em Portugal se manifestaram sobretudo nas últimas três décadas, com repercussões na organização socioprofissional da população portuguesa, que se manifestaram na crescente feminização da população activa e modos de organização familiar. Durante este período, a participação feminina no mercado de trabalho aumentou significativamente, tendo atingido os 60 por cento no ano 2000. Ao mesmo tempo, a proporção de casais com filhos que trabalham a tempo inteiro atingiu os 67 por cento.

Perante este cenário, torna-se imperativo repensar as formas de organização do trabalho, de forma a proporcionar “a conciliação entre responsabilidades familiares e responsabilidades profissionais dos trabalhadores”. Matéria amplamente discutida, consagrada na Constituição da República Portuguesa, e integrante das estratégias que visam a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens no trabalho, incluídas nos Planos Nacionais de Emprego desde 1998.

Este manual de boas práticas de conciliação entre vida profissional e vida familiar é direccionado para as empresas, e aglutina um conjunto de princípios e práticas que favorecem o equilíbrio entre os sexos, de modo a que as mulheres possam dispor de mais tempo de dedicação à carreira profissional e os homens possam dispor de mais tempo dedicado à vida familiar, tendo em atenção modelos de optimização dos recursos humanos das empresas, aumento da produtividade e inovação empresarial. São apresentados modelos, sugestões e exemplos do que se tem feito, neste capítulo, noutros países e em Portugal, além de um conjunto de indicadores que permitem às empresas aferir as suas políticas de recursos humanos e formas de organização da actividade empresarial.



Mapa de Boas Práticas

Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal

Coordenação Editorial e Científica: Fonseca, Maria Lucinda; e Monica Goracci; OIM – Organização Internacional para as Migrações, ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural; 2007

Um mapa na verdadeira acepção da palavra. Com a indicação da “Distribuição Geográfica das Iniciativas” a nível nacional, e com divisões por Regiões Autónomas, Região Norte, Região Centro, Região de Lisboa e Vale do Tejo, e Região Sul.

Este Mapa de Boas Práticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal surge na sequência da 11ª Conferência Internacional Metropolis, que teve lugar em Lisboa, de 2 a 6 de Outubro de 2006. A partir do tratamento estatístico dos dados recolhidos no âmbito deste projecto, pretendeu-se fazer um levantamento, o mais alargado possível, dos múltiplos actores e actividades desenvolvidas em diferentes sectores, em todo o território nacional, e que se configuram como exemplos de casos bem sucedidos e susceptíveis de replicação por outras instituições noutros lugares.

Assim, depois de uma introdução estruturada em torno de quatro textos sobre “Tendências recentes da imigração para Portugal”, “Enquadramento europeu das políticas de integração”, “Portugal no contexto das políticas de integração na Europa: resultados do MIPEX” e “Integração dos imigrantes em Portugal: debates e instrumentos de política”, ao longo de nove capítulos, são abordadas as áreas de “Informação, Acolhimento e Media”, “Cultura, Sensibilização Cívica, Lazer e Desporto”, “Ensino e Sensibilização”, “Formação Profissional e Emprego”, “Saúde”, “Habitação e Serviços Sociais”, “Aconselhamento Jurídico e de Registo de Cidadãos”, “Sector Financeiro”, e, por fim “Iniciativas Integradas”, integrando diversos tipos de actividades bem como promotores. Estes dados são complementados ainda por “Conclusões e recomendações”, além de Um capítulo sobre “As grandes linhas da política de acolhimento e integração de imigrantes em Portugal” e outro sobre “Reflexões sobre integração de imigrantes: uma perspectiva dos Estados Unidos da América”.



A abordagem integrada da igualdade de género “mainstreaming”

Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres – Edições do Conselho da Europa; 2000

Publicação editada pelas Edições do Conselho da Europa, na qual se procura analisar a abordagem integrada da igualdade, uma metodologia para a abordagem integrada da igualdade, e a abordagem integrada da igualdade na prática. Este relatório resulta de cinco reuniões de trabalho do Grupo de especialistas para uma abordagem integrada da igualdade, constituído em 1995 por iniciativa do Conselho da Europa. O objectivo era “realizar um estudo sobre as medidas adoptadas e implementadas para integrar a perspectiva de género nas políticas gerais, no planeamento dos programas, assim como nas políticas sectoriais e nas actividades a todos os níveis da sociedade”. A partir deste estudo, “o Comité Director devia definir um enquadramento conceptual e uma metodologia para a abordagem integrada da igualdade de género e identificar os instrumentos, as estratégias e o(a)s actores permitindo integrar e avaliar a dimensão de género de uma forma efectiva e visível”. Também se recolheram e mencionaram exemplos de “boas práticas”.

Deste trabalho resulta um relatório que procura responder a várias questões como “O que é a abordagem integrada da igualdade?”, “Como pode ela ajudar a promover a igualdade de género?” ou “Qual a sua relação com as políticas específicas para a igualdade de género?”, além de estar também concebido de modo a ser utilizado como instrumento para a implementação da abordagem integrada da igualdade de género no sector público e privado.

www.cig.gov.pt



A CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género sucede a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM) e a Estrutura de Missão contra a Violência Doméstica e integra as atribuições relativas à promoção da igualdade da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. Esta estrutura tem por missão garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género. No site pode ficar a conhecer a CIG e as suas atribuições. Em Mulheres e Igualdade é promovido o conhecimento da situação de facto das mulheres e das diferenças entre mulheres e homens em todos os domínios da vida social, que se constitui como um instrumento essencial para a avaliação das políticas prosseguidas e para a definição de políticas a elaborar, mantendo um registo actualização da situação existente em várias áreas. Encontra também uma Agenda actualizada e Contactos, e pode aceder ao III Plano Nacional contra a Violência Doméstica, III Plano Nacional para a Igualdade, e o I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos. Por fim, tem acesso a Documentos Internacionais, Guia de Recursos, Ligações, POPH QREN, www.conciliar.pt, Ano Europeu da Igualdade, Arquivo Maria de Lurdes Pintasilgo, e Arquivo/Notícias.

www.cite.gov.pt/



Site da CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. Aqui pode descobrir que a CITE é uma entidade tripartida, criada em 1979, formada por representantes governamentais e parceiros sociais (CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional, CIP - Confederação da Indústria Portuguesa - CIP e UGT - União Geral dos Trabalhadores), que tem como principais atribuições promover a igualdade e a não discriminação entre mulheres e homens no trabalho, no emprego e na formação profissional, protegendo a maternidade e paternidade, e a conciliação da actividade profissional com a vida familiar. Estruturada em torno de cinco itens: Mulheres e homens – Trabalho, emprego e vida familiar; Igualdade e não discriminação; Protecção da maternidade e da paternidade; Conceitos e normas; e Projectos, encontra informação estatística sobre actividade, emprego, desemprego, níveis de qualificação e profissões; bem como informação acerca dos direitos de trabalhadores pais e mães, conceitos, normas e direitos, além de informação acerca do projecto “Diálogo Social e Igualdade nas Empresas”. Em destaque, encontra informação actualizada sobre Legislação Nacional, Legislação Comunitária, Jurisprudência nacional e comunitária, Instrumentos nacionais e comunitários, Base de dados sobre género, Relatório de actividades, Pareceres da CITE e Publicações.

www.ilga-portugal.pt



Site da Associação ILGA Portugal - Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénero, fundada em 1995, e que é um Instituição Particular de Solidariedade Social. Representa Portugal na EU Network da ILGA-Europe, e é membro da *International Lesbian and Gay Association (ILGA)*, e da *European Pride Organisers Association (EPOA)*. A associação tem por objectivo a integração social da população lésbica, gay, bissexual e transgénero através de um programa de apoio no âmbito social que garanta a melhoria da qualidade de vida, através da luta contra a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género, e através da promoção da cidadania, Direitos Humanos e igualdade de género.

No site encontra informação sobre a ILGA Portugal (O que queremos, O que fazemos, Onde estamos, Órgãos Dirigentes, Documentação, Inscrição, Projectos em curso, Grupos e uma Galeria de imagens de iniciativas. Encontra ainda notícias nacionais e internacionais, além de um Boletim Informativo, bem como informação específica sobre a Lei e Saúde. Um consultório, links, contactos, Agenda e uma sondagem completam os itens disponíveis.

Cereja, Maçã e Pêssego da Cova da Beira IGP

Fruta de excelência

A cereja é, hoje em dia, a mais rentável mas a maçã e o pêssego ganham em quantidade. Com características organolépticas especiais, devido às condições edafoclimáticas únicas da região, a cereja, a maçã e o pêssego da Cova da Beira têm vindo a conquistar o mercado pela sua excelente qualidade.



Na Cova da Beira, cerejeiras, macieiras e pessegueiros encontram o seu habitat natural e privilegiado. Protegida dos ventos atlânticos, pelas serras da Estrela e Gardunha, proporcionando um elevado número de horas de frio (necessárias ao processo de diferenciação floral e maturação), e solos de origem granítica e xisto-argilosa, profundos e bem drenados, a Cova da Beira apresenta as condições ideais para a fruticultura.

A cereja, com ampla tradição na região, terá arrastado a cultura de outras frutas, designadamente a maçã. Das variedades regionais já não há memória, pois o facto da região proporcionar produções serôdias de muito boa qualidade levou a que se procurasse adaptar variedades estranhas e assim obter frutos de características diferentes.

É assim que entram na Cova da Beira, nas décadas de 60 e 70, as maçãs *Golden delicious* e *Red delicious* e diversas variedades de pessegueiro. O sucesso foi imediato, levando ao aparecimento dos primeiros pomares extensivos de cerejeiras. Também aqui começaram a surgir outras variedades, que vieram enriquecer a produção de cereja na Cova da Beira, mas a regional "De Saco", muito doce, firme e carnuda, continua a ser a variedade com maior expressão, sobretudo no concelho do Fundão.

Reconhecidas através de Indicação Geográfica Protegida (IGP), desde 1994, as três frutas (cereja, maçã e pêssego) são as actuais embaixadoras da Cova da Beira. São também os principais produtos comercializados pela Cooperativa Agrícola dos Fruticultores da Cova da Beira, cuja maior aposta tem passado pela qualidade.

Fundada em 1966, com cerca de 600 associados, a Cooperativa tem vindo a apostar na qualidade da fruta da Cova da Beira, investindo na melhoria das condições de produção e embalagem.

Com o apoio do LEADER+, procedeu à remodelação e adaptação das suas instalações e adquiriu equipamento de apoio à comercialização e distribuição da fruta, designadamente uma linha de embalagem e calibragem. Um

grande projecto de investimento que permitiu "dar o salto", de acordo com o seu presidente, José Rapoula. "Sem esta máquina de embalagem, não conseguiríamos vender um quilo de fruta para as grandes superfícies (os nossos principais clientes)".

No conjunto dos projectos apoiados pelo Programa, num investimento total de 224 mil euros, encontra-se ainda a edição de um guia da cereja.

Cereja já tem confraria

Ainda que represente a fatia mais pequena, ocupando uma área de cerca de 2500 hectares, a cereja é a fruta mais rentável da Cova da Beira. É o que defende José Rapoula, sublinhando que os preços muito elevados que a cereja atinge se devem sobretudo ao custo da mão-de-obra. Com uma produção anual a rondar as seis mil toneladas, 400 a 500 das quais comercializadas pela Cooperativa, a cereja tem vindo a registar subidas quantitativas na ordem de 15 a 20 por cento nos últimos (bons) anos.

A par da cereja, também a produção de pêssego tem vindo a aumentar de ano para ano, atingindo "preços razoáveis". As freguesias de Orjais, Aldeia do Souto, Vale Formoso, Teixoso e Ferro (Covilhã) e Alpedrinha, Castelo Novo, Orca e Soalheira (Fundão) são aquelas em que o pêssego tem maior significado, ocupando uma área de cerca de dois mil hectares. Pela Cooperativa dos Fruticultores da Cova da Beira, de acordo com o seu presidente, têm passado nos últimos anos entre mil e 1200 toneladas de pêssego.

Quanto à maçã, depois do auge nas décadas de 80 e 90, com anos a rondar as 12 mil toneladas, a produção tem vindo a cair. Na Cooperativa não têm entrado mais do que 1200 toneladas/ano. Para José Rapoula a explicação é simples. "É tudo uma questão de dinheiro. Neste momento, a maçã não dá dinheiro". A maçã poderá até voltar a ser rentável, sobretudo a variedade Bravo de Esmolfe, na qual a Cooperativa está agora a apostar, esperando-se o aparecimento



de mais pomares após a conclusão do regadio da Cova da Beira.

No bom caminho encontra-se também a produção de fruta biológica da Cova da Beira. Na perspectiva de valorizar mais ainda o produto, a Cooperativa decidiu-se pela protecção integrada para toda a fruta comercializada com IGP. Os custos associados são grandes mas José Rapoula acredita que os agricultores vão acabar por aderir. Para além da organização de vários cursos de formação, a Cooperativa colocou à disposição dos seus associados uma técnica especializada em agricultura biológica.

Recentemente, a Cooperativa deu mais um passo importante na defesa do fruto vermelho, criando a Confraria da Cereja de Portugal. O segundo fruto com confraria, depois da Pêra Rocha do Oeste. Para José Rapoula, existindo já na região entidades direccionadas para a regulação, certificação, fiscalização e promoção da cereja no mercado, a confraria centrar-se-á "na sua elevação a nível cultural e social, levando mais longe o conhecimento e a divulgação da cereja".

A Cooperativa Agrícola dos Fruticultores da Cova da Beira tem vindo também a promover acções promocionais, como a distribuição de fruta nos comboios intercity entre a Covilhã e Lisboa, numa parceria com a CP e a Região de Turismo da Serra da Estrela.

Depois da criação de um espaço de venda directa ao público, José Rapoula pensa ainda instalar na Cooperativa Agrícola dos Fruticultores da Cova da Beira o primeiro museu da fruta do país... Na senda da excelência da fruta da Cova da Beira.

Paula Matos dos Santos

Cooperativa Agrícola dos Fruticultores da Cova da Beira
Ponte de Pedrinha
Ferro - Covilhã
Tel. 275 957 160
Fax 275 957 169
E-mail: coop@coopcovadabeira.pt

Ficha Técnica

Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

II Série | N.º 49 - 2008

Propriedade

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL

Redacção

INDE

Av. Frei Miguel Contreiras, 54 - 3.º
1700-213 Lisboa

Tel.: 21 843 58 70 / Fax: 21 843 58 71

E-mail: pl@inde.pt

Mensário

Directora

Cristina Cavaco

Conselho Editorial

Cristina Cavaco/INDE, Gestor do Programa LEADER+, Francisco Botelho/INDE, Luís Chaves/Minha Terra, Maria do Rosário Serafim/DGADR, Rui Veríssimo Batista/DGADR

Redacção

Francisco Botelho, João Limão, Maria do Rosário Aranha, Paula Matos dos Santos

Colaboraram neste número

Celeste Valente (Rude), Elza Pais (CIG), Gonçalo Rosa da Silva (Visão), Jerónimo Coelho, João Antunes (Monte - ACE), Luís Chaves (Minha Terra), Marta Santos (AFMP), Minha Terra, Rude, Tânia Araújo (Beira Serra)

Paginação

Diogo Lencastre (INDE), Marta Gafanha (INDE)

Impressão

Diário do Minho
Rua de Santa Margarida, n.º 4
4710-306 Braga

Impresso em Março de 2008

Distribuição

DGADR - Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Rede Portuguesa LEADER+
Tapada da Ajuda - Edifício I
1349-018 Lisboa
Tel.: 21 361 32 57 / Fax: 21 361 32 77

Tiragem

6.000 exemplares

Depósito Legal

n.º 142 507/99

Registo ICS

n.º 123 607

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.

